

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E  
GESTÃO DE CIDADES  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE  
CIDADES

Mariana Monteiro Pessôa

PERFIL DAS DISSERTAÇÕES QUANTO À INSERÇÃO SOCIAL DE  
MESTRADOS PROFISSIONAIS EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

CAMPOS DOS GOYTACAZES,RJ  
Setembro de 2014

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E  
GESTÃO DE CIDADES  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE  
CIDADES

Mariana Monteiro Pessôa

PERFIL DAS DISSERTAÇÕES QUANTO À INSERÇÃO SOCIAL DE  
MESTRADOS PROFISSIONAIS EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade  
Candido Mendes – Campos, como parte das exigências para  
obtenção do título de MESTRE EM PLANEJAMENTO  
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Rosélia Perissé da Silva Piquet, D.Sc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
Setembro de 2014

## FICHA CATALOGRÁFICA

P475p Pessôa, Mariana Monteiro.

Perfil das dissertações quanto a inserção social de mestrados profissionais em planejamento urbano e regional/ Mariana Monteiro Pessôa . – 2015.

110 f. ; il.

Orientador: Rosélia Piquet

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, RJ, 2014.

Bibliografia: f. 81 - 86.

1. Ensino Superior – Pós-graduação stricto sensu 2. Mestrado profissionalizante – inserção social – planejamento urbano e regional 3. Planejamento urbano e regional – produção acadêmica I. Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU 378.046.4: 711.28

MARIANA MONTEIRO PESSÔA

PERFIL DAS DISSERTAÇÕES QUANTO À INSERÇÃO SOCIAL DE  
MESTRADOS PROFISSIONAIS EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos, como parte das exigências para obtenção do título de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovada em 26 de setembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Rosélia Perissé da Silva Piquet, D.Sc. – Orientadora  
Universidade Candido Mendes

---

Prof. Rodrigo Machado Vilani, D.Sc.  
Universidade Candido Mendes

---

Prof.<sup>a</sup>. Antenora Maria da Mata Siqueira, D.Sc.  
Universidade Federal Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ  
2014

Aos meus queridos e amados pais e irmão.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais – Wagner e Verônica – e irmão – João – pelo incentivo e pela extrema paciência durante as crises de estresse e mau humor!

À grande amiga Conceição Muniz, pelo apoio e interesse no desenvolvimento deste trabalho.

À minha orientadora, professora Rosélia Piquet, pela orientação e pela dedicação e paciência.

Aos professores do Programa, especialmente ao professor Rodrigo Vilani, pela colaboração na construção e no desenvolvimento deste trabalho.

À professora Antenora Maria da Mata Siqueira, pela inestimável dedicação e atenção com que avaliou este trabalho.

Aos funcionários da coordenação do Programa, especialmente à querida Cida, pela dedicação, carinho e paciência.

Aos colegas e amigos da 12ª turma do Programa, pelos muitos momentos de descontração e, também, de apoio.

E, finalmente, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, pelo incentivo à qualificação.

## **RESUMO**

### **PERFIL DAS DISSERTAÇÕES QUANTO À INSERÇÃO SOCIAL DE MESTRADOS PROFISSIONAIS EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

O objetivo desta dissertação é avaliar se os quatro programas de mestrado profissional – da área de Planejamento Urbano e Regional – selecionados para esta pesquisa contribuem, por meio de suas dissertações, para o conhecimento das regiões em que se localizam e, portanto, se essas dissertações podem ser consideradas recursos da ciência e do conhecimento para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, atendendo, dessa forma, aos critérios de inserção social definidos pela CAPES. Foi realizado o levantamento quantitativo e o levantamento do perfil – a partir da leitura técnica e da síntese; e da classificação – das dissertações produzidas por esses programas. Elaborou-se, também, o perfil socioeconômico das regiões onde os programas estão inseridos, para que fosse possível verificar se os cursos selecionados têm aderência com os critérios de inserção social estabelecidos pela CAPES, na medida em que incorporam as características e os problemas dessas regiões como objeto de pesquisa em suas dissertações. Como resultado, verificou-se que todos os quatro programas de mestrado profissional selecionados têm aderência com os critérios de inserção social estabelecidos pela CAPES, por meio de sua produção científica, na medida em que esta tem valor e utilidade potenciais como ferramenta de estímulo ao desenvolvimento de suas respectivas regiões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção Científica. Dissertação. Inserção Social. Mestrado Profissional. Planejamento Urbano e Regional.

## **ABSTRACT**

### **PROFILE OF THESES FOR SOCIAL INTEGRATION OF PROFESSIONAL MASTERS IN URBAN PLANNING AND REGIONAL**

This essay aims to analyze whether the four professional master's programs – of the Urban and Regional Planning area – selected for this research contribute, through their dissertations, to the knowledge of the regions where they are located and, therefore, whether these dissertations can be considered resources of science and knowledge for the improvement of public management and the reduction of social debt, serving, thus, the social inclusion standard defined by CAPES. The quantitative survey and the profile survey – from the technical reading and synthesis; and classification – of dissertations produced by these programs were developed. It was also elaborated the socioeconomic profile of the regions where programs are inserted, so that it was possible to verify that the selected courses have adherence to the social inclusion standard defined by CAPES, to the extent that incorporate the characteristics and problems of these regions as objects of research in their dissertations. As a result, it was found that all four selected professional master's programs have adherence to the social inclusion standard defined by CAPES, through its scientific production, insofar as this has potential value and usefulness as a tool to stimulate development their respective regions.

**KEYWORDS:** Scientific Production. Dissertation. Social Inclusion. Professional Master. Urban and Regional Planning.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	Mapa do Rio de Janeiro: Mesorregiões	59
<b>Figura 2:</b>	Mapa de Goiás: Mesorregiões	65
<b>Figura 3:</b>	Mapa de Santa Catarina: Mesorregiões	70
<b>Figura 4:</b>	Mapa da Bahia: Mesorregiões	74

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b>	Dissertações Defendidas por Ano: PMPPRGC – Campos dos Goytacazes	37
<b>Quadro 2:</b>	Dissertação Defendida por Ano: PMPDR – Goiânia/GO	42
<b>Quadro 3:</b>	Dissertação Defendida por Ano: PMPPTDS – Florianópolis/SC	46
<b>Quadro 4:</b>	Dissertação Defendida por Ano: PMPA – Salvador/BA	50
<b>Quadro 5:</b>	Dissertação Defendida por Categoria: PMPPRGC – Campos dos Goytacazes	54
<b>Quadro 6:</b>	Localização Espacial das Dissertações Defendidas: PMPPRGC – Campos dos Goytacazes	59
<b>Quadro 7:</b>	Dissertação Defendida por Categoria: PMPDR – Goiânia/GO	62
<b>Quadro 8:</b>	Localização Espacial das Dissertações Defendidas: PMPDR – Goiânia/GO	66
<b>Quadro 9:</b>	Dissertação Defendida por Categoria: PMPPTDS – Florianópolis/SC	68
<b>Quadro 10:</b>	Localização Espacial das Dissertações Defendidas: PMPPTDS – Florianópolis/SC	71
<b>Quadro 11:</b>	Dissertação Defendida por Categoria PMPA – Salvador/BA	73
<b>Quadro 12:</b>	Localização Espacial das Dissertações Defendidas: PMPA – Salvador/BA	75

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALFA	Faculdade Alves Faria
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UCAM	Universidade Candido Mendes
UCSal	Universidade Católica do Salvador
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

## SUMÁRIO

1:	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
2:	<b>MESTRADOS PROFISSIONAIS: PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA</b>	20
2.1:	ORIGEM DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS	20
2.2:	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	26
3	<b>MESTRADOS PROFISSIONAIS EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: CARACTERÍSTICAS E REGIÕES</b>	31
3.1	PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES: CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	32
3.2	PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL: GOIÂNIA/GO	38
3.3	PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL: FLORIANÓPOLIS/SC	42
3.4	PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL: SALVADOR/BA	46
4	<b>PERFIL DAS DISSERTAÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL DE MESTRADOS PROFISSIONAIS EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL</b>	52
4.1	PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES	53
4.2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	61
4.3	PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL	67
4.4	PLANEJAMENTO AMBIENTAL	72
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	77
6	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	81
	<b>APÊNDICE 1: SÍNTESES DAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELO PROGRAMA DA UCAM</b>	87
	A.1.1: GESTÃO DE CIDADES	87
	A.1.2: DESENVOLVIMENTO REGIONAL	91
	A.1.3: ATIVIDADE PETROQUÍMICA	94
	A.1.4: OUTROS	94
	<b>APÊNDICE 2: SÍNTESES DAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELO PROGRAMA DA ALFA</b>	97

A.2.1: GESTÃO ESTRATÉGICA	97
A.2.2: DESENVOLVIMENTO REGIONAL	98
A.2.3: ATIVIDADE AGRÍCOLA	99
A.2.4: OUTROS	100
<b>APÊNDICE 3: SÍNTESES DAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELO PROGRAMA DA UDESC</b>	102
A.3.1: PLANEJAMENTO TERRITORIAL	102
A.3.2: PLANEJAMENTO AMBIENTAL	103
A.3.3: DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL	103
A.3.4: DESASTRES NATURAIS	104
A.3.5: OUTROS	105
<b>APÊNDICE 4: SÍNTESES DAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELO PROGRAMA DA UCSAL</b>	106
A.4.1: PLANEJAMENTO AMBIENTAL	106
A.4.2: GESTÃO AMBIENTAL	106
A.4.3: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	107
A.4.4: OUTROS	107

## 1: INTRODUÇÃO

Os programas de mestrado profissional, assim como os programas de mestrado acadêmico, foram idealizados por meio do Decreto Nº 29.741, de 11 de julho de 1951, da Presidência da República, que tinha a finalidade de constituir uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (CÓRDOVA, 1996, p. 9).

A CAPES foi estruturada a partir de dois programas: o Programa Universitário (PgU) e o Programa dos Quadros Técnicos e Científicos (PQTC). O PgU esperava “acudir e auxiliar o desenvolvimento das universidades e institutos de ensino superior” e o PQTC “atender à demanda de pessoal de nível superior por parte dos meios profissionais e culturais do país” (CÓRDOVA, 1996, p.13).

A forma com que a CAPES – que tinha como objetivos implantar, regular e estimular programas de pós-graduação *stricto sensu* – foi estruturada, deixa claro que tanto os programas de caráter acadêmico, quanto os programas de caráter profissional eram considerados igualmente importantes para o crescimento e o desenvolvimento do país.

Porém, somente a partir da década de 1990, em função das transformações econômicas decorrentes da abertura do mercado brasileiro e das modificações das cadeias produtivas, em diversos setores, a demanda por profissionais com competências distintas das adquiridas por meio dos tradicionais programas de pós-graduação acadêmicos fez com que a CAPES avançasse com as políticas de formação de pessoal com caráter profissionalizante. Vale ressaltar, que o histórico de criação dos programas de mestrado profissional será descrito, de forma sequencial e completa, no próximo capítulo.

A necessidade de um novo modelo de curso de pós-graduação para atender a demanda do país de profissionais que tivessem conhecimento da realidade nacional através da pesquisa e que os conhecimentos gerados tivessem aplicabilidade gerou a proposta dos mestrados profissionais (NEGRET, 2008, p. 224).

Nesse contexto tem-se a promulgação da Portaria Nº 47, de 17 de outubro de 1995, que determina a implantação, pela CAPES, “de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional” (CAPES, 1995). Posteriormente, por meio da Portaria Nº 80, de 16 de dezembro de 1998, se daria, no âmbito normativo, o reconhecimento dos mestrados profissionais. Os objetivos dos mestrados profissionais estão definidos no Artigo 4º, da Portaria Nº 17, de 28 de dezembro de 2009:

I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas. Parágrafo único. No caso da área da saúde, qualificam-se para o oferecimento do mestrado profissional os programas de residência médica ou multiprofissional devidamente credenciados e que atendam aos requisitos estabelecidos em edital específico (BRASIL, 2009).

Além disso, a referida Portaria – Nº 17/2009 – no seu Parágrafo Único, do Artigo 5º, ainda determina que na oferta desses cursos tenham ênfase alguns princípios, sendo eles, o de aplicabilidade técnica, o de flexibilidade operacional e o de organicidade do conhecimento técnico-científico (BRASIL, 2009). Tais princípios têm o propósito de treinar os alunos por meio da exposição aos processos da utilização aplicada dos conhecimentos e do exercício da inovação, o que determinará, em última instância, a valorização da experiência profissional.

Negret, Nunes e Bontempo (2012) destacam que as portarias mencionadas, “que definem as características, objetivos e princípios dos mestrados profissionais” (p. 14), enfatizam que a informação científica produzida por esses programas “deve estar orientada para a aplicabilidade, e esta demanda dos alunos e professores uma

inserção social e profissional que permita que os resultados sejam aplicados na realidade pesquisada” (p. 17).

A inserção social de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, destacada pelos autores, faz parte dos critérios de avaliação realizada pela CAPES. Especificamente para os programas de Planejamento Urbano e Regional / Demografia, no “Documento de Área 2009” (CAPES, 2009, p. 1-22), o item “inserção social” é composto por três subitens, relacionados a seguir: a) “inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa”; b) “integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação”, e; c) “visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação” (CAPES, 2009, p. 18-20).

O primeiro subitem, que trata, especificamente, das formas de inserção social e dos impactos – regionais e/ou nacionais – gerados pelos programas, apresenta a seguinte definição para inserção social:

Formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento; (CAPES, 2009, p. 18).

E com base nos parâmetros estabelecidos pelo primeiro subitem, que conceitua inserção social destacando, entre outros aspectos, “a utilização “dos recursos da ciência e do conhecimento” (CAPES, 2009, p. 18), gerados pelos mestrados profissionais, da área de Planejamento Urbano e Regional / Demografia, na administração pública, o objetivo geral do presente trabalho foi verificar se os programas selecionados – e que serão abaixo identificados – têm aderência, por meio de suas dissertações, com os critérios de inserção social estabelecidos pela CAPES, ou seja, a principal finalidade desta pesquisa foi avaliar se os programas analisados contribuem, por meio de suas dissertações, para o conhecimento das regiões em que se localizam e, portanto, se essas dissertações podem ser consideradas recursos da ciência e do conhecimento para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, atendendo, dessa forma, aos critérios de inserção social definidos pela CAPES.

Este trabalho ainda espera contribuir com os planejadores e gestores locais, por meio da seleção de informações relevantes às práticas de administração pública, na medida em que poderá estabelecer um vínculo entre a informação científica produzida pelos programas de mestrado profissional selecionados, da área de Planejamento Urbano e Regional, por meio de suas dissertações, e as demandas específicas das áreas relacionadas à linha de pesquisa adotada.

No caso dos mestrados profissionais da área de Planejamento Urbano Regional e Demografia, cabe destacar que os cursos, além da articulação e inserção social para a aplicabilidade da produção intelectual no meio local e regional nos quais estão localizados, é imprescindível que exista uma incorporação das características e dos problemas dessas regiões como objeto de pesquisa e de proposição de soluções particulares a esses âmbitos regionais (NEGRET; NUNES; BONTEMPO, 2012, p. 18).

Releva-se assim a finalidade desta pesquisa de verificar se os programas de mestrado profissional selecionados têm aderência, por meio da produção de suas dissertações, com os critérios de inserção social estabelecidos pela CAPES, cumprindo sua função social e contribuindo, com soluções aplicáveis, para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridos.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da seleção de quatro programas de mestrado profissional da área de Planejamento Urbano e Regional, relacionados a seguir: Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes (UCAM), no Estado do Rio de Janeiro; Desenvolvimento Regional, da Faculdade Alves Faria (ALFA), no Estado de Goiás; Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no Estado de Santa Catarina; e Planejamento Ambiental, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), no Estado da Bahia. O programa oferecido pela UCAM funciona desde sua homologação, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2001. E os programas oferecidos pela ALFA, pela UDESC e pela UCSal foram homologados pelo CNE e funcionam desde 2007 (CAPES, 2013).

As dissertações produzidas por esses programas foram analisadas tecnicamente e classificadas a partir das informações contidas em seus títulos e, sobretudo, em seus resumos – que apresentam, de forma mais direta, seus objetivos. “Ler um livro tecnicamente consiste em examinar os dados que auxiliam na compreensão do texto que ele abrange” (CRUZ; MENDES; WEITZEL, 2009, p.

18). Já o método de classificação refere-se a “um processo mental, pelo qual as coisas são reunidas de acordo com o grau de semelhança” (LENTINO, 1971, p. 4 *apud* CRUZ; MENDES; WEITZEL, 2009, p. 27). Vale destacar, que a partir das análises foram elaboradas as sínteses – apresentadas na seção Apêndices – das dissertações produzidas por cada um dos programas.

Após o levantamento do perfil dessa produção, elaborou-se um quadro, para cada um dos cursos analisados, que apresenta uma compilação dos temas abordados nas dissertações defendidas, até dezembro de 2012. E por meio das informações – objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular – contidas nos *sites* dos programas selecionados e que permitem conhecer cada um deles e compreender a forma como foram estruturados e desenvolvidos, foi possível avaliar se as dissertações elaboradas se harmonizam com as características e os objetivos dos mesmos. Além disso, foram apresentados os mapas, com a divisão mesorregional dos Estados onde os programas estão inseridos, com a finalidade de indicar a localização espacial das dissertações defendidas.

Elaborou-se, também, um perfil socioeconômico das regiões onde os programas estão inseridos. Foram destacadas informações – dados populacionais, histórico de ocupação territorial e dinâmica econômica – disponibilizadas no *site* do IBGE e em textos de autores que têm como foco de suas pesquisas as regiões onde os programas estão inseridos. Tais informações permitiram verificar se os cursos selecionados têm aderência com os critérios de inserção social estabelecida pela CAPES, na medida em que incorporam as características e os “problemas dessas regiões como objeto de pesquisa” em suas dissertações (NEGRET; NUNES; BONTEMPO, 2012, p. 18).

Este trabalho tem um propósito eminentemente prático, na medida em que busca contribuir com a difusão de informações úteis, como ferramentas de gestão dos espaços urbano e regional. E é o que caracteriza, também, os mestrados profissionais, por perseguirem a adequação entre a produção de suas dissertações e as questões relativas às regiões nas quais estão inseridos. Portanto, optou-se, nesta pesquisa, por um recorte da produção de informação científica de programas de mestrado profissional, da área de Planejamento Urbano e Regional.

Além dos programas selecionados para esta pesquisa, outros cinco cursos de mestrado profissional encontram-se em funcionamento, na área de Planejamento

Urbano e Regional, sendo eles: Planejamento e Governança Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); Desenvolvimento Regional, do Instituto de Ensino Superior e Pesquisa (INESP); Gestão de Políticas Públicas, da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT); e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, da Faculdades Integradas do Sudoeste Mineiro (FESP). Os programas oferecidos pela UTFPR e pela UNOCHAPECÓ funcionam desde suas respectivas homologações, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2010. O programa oferecido pelo INESP foi homologado pelo CNE e funciona desde 2011 e, por fim, os programas oferecidos pela UFT e pela FESP encontram-se aguardando homologação pelo CNE. Esses programas de mestrado profissional, assim como os selecionados para esta pesquisa – com mais de cinco anos de funcionamento –, fazem parte da lista de cursos recomendados e reconhecidos pela CAPES, na área de Planejamento Urbano e Regional (CAPES, 2013).

Desse modo, além das Referências utilizadas em sua elaboração e dos Apêndices – que apresentam as sínteses das dissertações produzidas –, o trabalho foi estruturado em três capítulos e organizado da seguinte forma: o Capítulo 1 – Mestrados Profissionais: produção de informação científica – desenvolve seu referencial teórico abordando os conceitos de mestrado acadêmico e mestrado profissional, além dos conceitos de informação, conhecimento, informação científica e produção científica; o Capítulo 2 – Mestrados Profissionais em Planejamento Urbano e Regional: características e regiões – dividi-se em quatro capítulos secundários e apresenta, em cada um desses subcapítulos, o perfil socioeconômico das regiões onde os programas selecionados estão inseridos. Trazem, ainda, uma série de informações, presentes nos *sites* dos cursos analisados, que possibilitam caracterizar a identidade e os objetivos dos mesmos; e, por fim, o Capítulo 3 – Perfil das Dissertações e Inserção Social dos Mestrados Profissionais em Planejamento Urbano e Regional – que se dedica à análise dos dados levantados, também dividi-se em quatro capítulos secundários e traça o perfil das dissertações defendidas por cada um dos programas, a fim de avaliar se essas produções refletem as características e especificidades dos mesmos. Além disso, verifica se as dissertações produzidas têm aderência com os critérios de inserção social

estabelecida pela CAPES, na medida em que tratam de questões relevantes para as regiões onde os programas estão inseridos.

Na elaboração do Capítulo 1, que apresenta os conceitos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, foram consultados importantes autores da área “Ciência da Informação” – Barreto (2002); Freire e Souza (2010); Pinheiro (2004); Santos Junior e Pinheiro (2010); Saracevic (1996); e Xavier e Costa (2010). Esses autores abordam os conceitos ligados à informação. Esse capítulo é, ainda, baseado em autores de destaque da área “Planejamento Urbano e Regional” – Negret, Nunes e Bontempo (2012); Piquet, Leal e Terra (2005); e Ribeiro (2005). Os referidos autores, além de Castro (2005); Córdova (1996); Mattos (1997) conceituam as diferentes modalidades – acadêmica e profissional – de programas de pós-graduação *stricto sensu* e apresentam o histórico de criação da CAPES e seus objetivos.

O Capítulo 2, que traz informações sobre os programas selecionados para esta pesquisa, também traça os perfis socioeconômicos das regiões onde os mesmos estão inseridos. Foi dividido em quatro partes e cada uma das partes apresenta informações – objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular – que estão disponibilizadas nos *sítes* dos programas e que tornaram possível compreender e identificar suas características e objetivos. Apontou-se, também, o levantamento quantitativo das dissertações concluídas e defendidas pelos cursos analisados, no período compreendido pelo trabalho. Em relação ao perfil socioeconômico das regiões, descreveu-se informações pesquisadas no *site* do IBGE e em artigos de autores que têm essas regiões como foco de suas pesquisas.

E o Capítulo 3, assim como o segundo capítulo, também se divide em quatro partes e apresenta a análise das dissertações defendidas por cada um dos programas selecionados. A partir da elaboração do perfil das dissertações, foi possível avaliar se as características e especificidades dos programas selecionados se refletem em suas produções. Por fim, foi possível verificar se os cursos têm aderência, por meio de suas dissertações, aos critérios de inserção social estabelecida pela CAPES, abordando questões relevantes para as regiões onde estão inseridos.

## **2: MESTRADOS PROFISSIONAIS: PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA**

Para o desenvolvimento deste trabalho – que se propôs a verificar se os programas de mestrado profissional selecionados atendem, por meio da produção de informação científica, aos critérios de inserção social estabelecidos pela CAPES – é fundamental que alguns conceitos sejam compreendidos.

O presente capítulo – que foi dividido em dois capítulos secundários – apresentará, no primeiro capítulo secundário, a origem dos programas de mestrado profissional. Serão apresentados, também, o histórico de criação e os objetivos da CAPES. Pois foi com base nesses objetivos que a modalidade profissional de mestrado foi desenvolvida. Por fim, serão conceituadas as diferentes modalidades – acadêmica e profissional – de mestrado.

No segundo capítulo secundário, serão abordados os conceitos ligados à informação – informação, conhecimento, informação científica e produção científica. Muito presentes na área “Ciência da Informação”, é importante entender a distinção entre informação, conhecimento e informação científica para que seja possível compreender produção científica, na medida em que a análise deste último conceito é essencial para a apreensão da pesquisa.

### **2.1: ORIGEM DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS**

A criação da CAPES e, conseqüentemente, a implantação e o desenvolvimento de programas de pós-graduação remontam à época da retomada do desenvolvimentismo no país. O retorno de Getúlio Vargas à presidência, em 1951, marcou a retomada das políticas desenvolvimentistas pelo governo. A criação

da Vale do Rio Doce, a Campanha de Nacionalização do Petróleo, o controle da remessa de lucros das multinacionais ao exterior, entre outros, são exemplos da atuação, intervencionista e desenvolvimentista, que caracterizaram o governo no período. Além disso, a transformação das estruturas econômicas e sociais e dos processos e cadeias produtivas apresentavam novas demandas ao Estado como, por exemplo, a capacitação da mão de obra e o aperfeiçoamento de pessoal com nível superior. Neste sentido, deve ser entendida a criação, em 1951, da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão federal criado com os objetivos de implantar, regular e estimular programas de pós-graduação no país.

A elaboração, na década de 1950, de um sistema de pós-graduação era importante e necessária, na medida em que iria “reaparelhar o Estado” – “que atravessava então profundas alterações em seu sistema produtivo e em sua estrutura social” – fornecendo “uma diversidade de órgãos e instrumentos que regulassem e permitissem a intervenção nos diferentes aspectos da vida nacional” e corrigindo suas “deficiências qualitativas e quantitativas na formação de quadros superiores” (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005, p. 31).

Por meio do Decreto Nº 29.741, de 11 de julho de 1951, da Presidência da República, foi criada uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além dos representantes do Ministério da Educação (MEC), a Comissão também contava com representantes do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Banco do Brasil (BB), da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC) (CÓRDOVA, 1996, p. 9).

O referido Decreto apresentava, no Artigo 2º, os objetivos da Campanha:

- a) assegurar a existência do pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país.
- b) oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento (BRASIL, 1951).

E no Artigo 3º, as atividades que deveriam ser desenvolvidas para alcançá-los:

a) promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade; b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas competentes, os recursos existentes no país para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais; c) promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, e seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Governo brasileiro; d) promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes; e) coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas; f) promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados (BRASIL, 1951).

Para Joaquim de Farias Góis Filho, membro da comissão e representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), "os objetivos mais específicos da Comissão seriam, então, os do aperfeiçoamento de pessoal especializado de nível superior destinado a suprir as deficiências mais gerais do país e, sobretudo, as do ensino superior", já que caberia à Comissão:

preparar o quadro científico, profissional e técnico do país. Se for possível melhorá-lo e ampliá-lo, ter-se-á concorrido de forma decisiva para que o país possa encarar com segurança as suas necessidades maiores de pessoal especializado de nível superior. Nenhum plano nacional de aperfeiçoamento poderá, assim, ser elaborado sem que se tenha em vista esse objetivo (CÓRDOVA, 1996, p. 11).

É importante destacar que a CAPES foi promovida como campanha, porque, de acordo com o então Ministro da Educação, Simões Filho, "para corrigir uma deformidade congênita de nossa formação profissional, não seria adequada mais uma lei ou mais uma repartição pública. Daí a idéia de uma campanha. Alguma coisa de vivo que desperte o interesse e a colaboração de todos" (CAPES, 1952, p. 3-5 apud CÓRDOVA, 1996, p. 10).

A CAPES foi estruturada a partir de dois programas: o Programa Universitário (PgU) e o Programa dos Quadros Técnicos e Científicos (PQTC). O PgU esperava "acudir e auxiliar o desenvolvimento das universidades e institutos de ensino

superior” e o PQTC “atender à demanda de pessoal de nível superior por parte dos meios profissionais e culturais do país” (CÓRDOVA, 1996, p.13).

O PQTC “se desenvolvia, principalmente, através dos estudos, pesquisas e levantamentos” (CÓRDOVA, 1996, p.15) que eram

destinados a esclarecer o conhecimento relativo às disponibilidades de profissionais e técnicos de nível superior através do país, sua distribuição e suas deficiências quantitativas ou qualitativas em face às necessidades condicionadas pela situação econômica, social e cultural de cada região (CAPES, 1954, p.25 apud CÓRDOVA, 1996, p. 15).

Desde sua origem, a CAPES tinha os objetivos de implantar, regular e estimular programas de pós-graduação, tanto de caráter acadêmico, quanto de caráter profissional. A CAPES entendia que a capacitação de profissionais para atuarem no mercado de trabalho era tão importante quanto a formação de professores/pesquisadores para atuarem nas universidades brasileiras. “O que a CAPES intenciona (...) é apostar nos dois caminhos. Ambos são importantes, o primeiro para nosso desenvolvimento econômico, o segundo para o desenvolvimento social” (RIBEIRO, 2005, p. 9).

Porém, entre as décadas de 1950 e 1980, em função da escassez de profissionais com formação acadêmica no mercado, a formação profissional foi negligenciada. Mas as transformações econômicas decorrentes da abertura do mercado brasileiro, na década de 1990, bem como as modificações das cadeias produtivas, em diversos setores, alteraram, completamente, a situação, criando demandas por profissionais de diversas competências que não eram supridas pelos tradicionais programas de pós-graduação acadêmicos. Nesse momento, a CAPES avançou com as políticas de formação de pessoal com caráter profissionalizante.

Mas se por um lado, a pós-graduação alcançou seus objetivos com sucesso, ou seja, foi e tem sido capaz de formar professores/pesquisadores para atuarem nas universidades do país, por outro, permaneceram carências nas seguintes áreas: as empresas, que precisam de funcionários que tenham uma qualificação superior à graduação; e as instituições de ensino, que precisam de professores que tenham um perfil distinto dos pesquisadores acadêmicos.

Em algumas áreas, como a Engenharia e a Administração, quando as empresas precisam de funcionários melhor qualificados, o mestrado acadêmico não

se mostra como solução, na medida em que é uma modalidade de curso voltada às teorias e às pesquisas acadêmicas e não à prática profissional.

Em relação à formação de professores é preciso considerar três aspectos: o primeiro, é que professores/pesquisadores suprem, apenas, um segmento do ensino superior, já que o número de instituições voltadas ao ensino e à pesquisa é muito reduzido; o segundo, é que os mestrados acadêmicos não são direcionados à preparação do exercício do magistério; e o terceiro e, talvez, mais importante aspecto é que dificilmente um professor com formação acadêmica – um doutor – terá disposição para atuar na graduação (CASTRO, 2005, p. 16-17).

Dessa forma, o mestrado profissional vem ganhando espaço no sistema de pós-graduação brasileiro. Implantado por meio da Portaria Nº 47, de 17 de outubro de 1995 e regulamentado por meio da Portaria Nº 80, de 16 de dezembro de 1998, o mestrado profissional tem por finalidades legais:

a) a necessidade da formação de profissionais pós-graduados aptos a elaborar novas técnicas e processos, com desempenho diferenciado de egressos dos cursos de mestrado que visem preferencialmente um aprofundamento de conhecimentos ou técnicas de pesquisa científica, tecnológica ou artística; b) a relevância do caráter de terminalidade, assumido pelo Mestrado que enfatize o aprofundamento da formação científica ou profissional conquistada na graduação, aludido no Parecer nº 977, de 03/12/65, do Conselho Federal de Educação; c) a inarredável manutenção de níveis de qualidade condizentes com os padrões da pós-graduação *stricto sensu* e consistentes com a feição peculiar do mestrado dirigido à formação profissional (CAPES, 1998).

Mas vale destacar, que embora fosse importante e necessária, a implantação dos mestrados profissionais não foi bem aceita por grande parte dos professores/pesquisadores da comunidade acadêmica. Uma das hipóteses levantadas por Piquet, Leal e Terra (2005, p. 33) para explicar os motivos que levaram a comunidade acadêmica a rejeitar essa modalidade de ensino é que, durante algumas décadas, todos os esforços do governo foram direcionados à implantação e ao desenvolvimento da pós-graduação acadêmica. Portanto,

essa rejeição é gerada principalmente pelo receio de que o crescimento dessa nova vertente da pós-graduação *stricto sensu* – os mestrados profissionais venha a prejudicar o desenvolvimento da formação acadêmica tradicional (mestrado acadêmico e doutorado), acarretando a redução dos investimentos governamentais nessa realizados (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005, p. 33).

Segundo Piquet, Leal e Terra (2005, p. 33-34) conceituam, de forma clara e concisa, as principais diferenças entre as modalidades – acadêmica e profissional – de mestrado:

O mestrado tradicional, hoje denominado “acadêmico”, parece ter um objetivo consensual: buscar expor o mestrando à literatura científica da área, treiná-lo em atividades de pesquisa, buscando qualificá-lo para o magistério superior, sendo então geralmente seguido do doutorado. Das dissertações apresentadas, não é esperado que produzam conhecimento, mas sim que sejam um exercício estruturado de aprendizagem de início, meio e fim incluindo, entre outros, o porquê da questão escolhida, o aprender a receber críticas, a ética da investigação e a sinceridade da dúvida. Já o mestrado profissional, além do já indicado anteriormente, constitui basicamente uma oportunidade de maior aproximação entre os trabalhos conduzidos pela universidade e as demandas existentes no campo social e profissional. As dissertações, geralmente são voltadas à interpretação da prática, ao delineamento de linhas de ação, mas sempre a partir do conhecimento de conceitos e teorias e da discussão de idéias. Permitem uma oportunidade de maior aproximação entre os trabalhos conduzidos pelas universidades e as demandas existentes no campo social e profissional, proporcionando um encurtamento dos prazos entre a investigação e a sua aplicabilidade.

Vale ressaltar, que por não se constituir “em campo de conhecimento específico, mas sim em área de aplicação de conhecimento”, a modalidade profissional de mestrado se mostra ainda mais relevante na área do Planejamento Urbano e Regional. E, cada vez mais, seus cursos têm se voltado “à prática profissional e não à reprodução da estrutura acadêmica”, na medida em que neles “atuam profissionais com as mais diversas formações acadêmicas” (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005, p. 35-36).

Os mestrados profissionais se caracterizam, entre outros aspectos, por terem como objetivo a conformação entre a produção de suas dissertações e as questões pertinentes às regiões onde estão inseridos. Portanto, a razão que levou este trabalho a optar por um recorte que privilegia a produção de informação científica (dissertação) de programas de mestrado profissional, da área de Planejamento Urbano e Regional, é seu caráter eminentemente prático e aplicável na difusão de informações úteis como ferramentas de gestão dos espaços urbano e regional.

## 2.2: A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação se caracteriza como sendo uma área do conhecimento interdisciplinar e que se dedica, especialmente, aos processos ligados à seleção, organização, armazenamento, recuperação, disseminação e utilização da informação. Tem como objetivos resolver “os problemas básicos de se compreender a informação e a comunicação, suas manifestações, o comportamento informativo humano e os problemas aplicados ligados ao *“tornar mais acessível um acervo crescente de conhecimento”*”, incluindo as tentativas de ajustes tecnológicos” (SARACEVIC, 1996, p. 48).

“A ciência da informação passou a ser uma instituição de reflexão da informação, como um campo, que estuda a ação mediadora entre informação e conhecimento acontecido no indivíduo” (BARRETO, 2002, p. 70). É fundamental conhecer alguns conceitos, muito presentes na área, quando se pretende compreender a Ciência da Informação. Ao estudar esse campo é importante que fique claro, por exemplo, a distinção entre informação e conhecimento.

A informação tratada pela Ciência da Informação “tanto pode estar num diálogo entre cientistas, em comunicação informal, numa inovação para indústria, em patente, numa fotografia ou objeto, no registro magnético de uma base de dados ou em biblioteca virtual ou repositório, na Internet” (PINHEIRO, 2004, p. 1).

Ao conceituar conhecimento é preciso, primeiramente, compreender a definição de informação. Embora seja um objeto de estudo abstrato, “a informação é a matéria-prima do conhecimento, sem a qual o conhecimento não teria coesão suficiente para tornar-se conhecimento” (XAVIER; COSTA, 2010, p. 82), ou seja, é a partir da informação que o conhecimento decorre.

A informação e o conhecimento são simultaneamente causa e efeito um de si mesmos, numa interação dinâmica em que a sucessão pode ser plenamente invertida mas não gera nenhuma contradição, pois se é causa e efeito com relação a coisas diferentes em momentos distintos, quer dizer que se é causa só quando o outro é efeito e se é efeito apenas quando o outro for causa, gera assim expansão benéfica a ambos (XAVIER; COSTA, 2010, p. 80).

Para Barreto (2002, p. 72), “o conhecimento, destino da informação, é organizado em estruturas mentais por meio das quais um sujeito *assimila* a “coisa” informação”, ou seja, “conhecer é um ato de interpretação individual, uma apropriação do objeto informação pelas estruturas mentais de cada sujeito”.

Sobre o conceito de informação científica, Santos Junior e Pinheiro apresentam algumas definições para o termo, a saber: “esse termo é relacionado à informação produzida por um cientista, pesquisador ou grupo de pesquisa, apresentada em textos e publicações científicas, onde é discutida, disseminada e divulgada em diferentes suportes e canais” (PRICE, 1976; MEADOWS, 1999 apud SANTOS JUNIOR; PINHEIRO, 2010, p. 28) e é, também, “informação confiável de qualquer campo relacionado às ciências técnicas, naturais ou sociais, obtidos por métodos científicos de estudo e avaliados por cientistas ou grupos de pesquisa (universidades, corpo editorial de um periódico, etc.)” (CHERNYI; GILYAREVSKYI; KOROTKEVICH, 1993, p. 3 apud SANTOS JUNIOR; PINHEIRO, 2010, p. 28). Assim, a informação científica é constituída por quatro categorias hierárquicas:

1) Informação sobre fatos científicos (classe A); 2) Informação sobre hipóteses científicas, conceitos e teorias que elucidam e combinam a totalidade dos fatos científicos e interação entre eles (classe B); 3) Informação que combina a totalidade dos fatos científicos, hipóteses, conceitos, teorias e leis que formam o fundamento de uma determinada ciência ou campo de conhecimento (classe C); 4) Informação que reflete e forma uma abordagem comum do conhecimento e transformação do mundo que nos cerca (classe D) (SIFOROV apud MIKHAILOV; CHERNYI; GILYAREVSKYI, [1975], 1980, p. 73 apud SANTOS JUNIOR; PINHEIRO, 2010, p. 35).

E, finalmente, o conceito de produção científica pode ser definido como sendo:

Toda produção documental sobre um determinado assunto de interesse de uma comunidade científica específica, que contribui para o desenvolvimento da ciência e para a abertura de novos horizontes de pesquisa, não importando o suporte em que está veiculada (LOURENÇO, 1997 apud FREIRE; SOUZA, 2010, p. 111 e 112).

É importante destacar que somente o conhecimento produzido por pesquisadores – professores e discentes – vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* e publicado por meio de trabalhos apresentados em congressos, artigos de periódicos, livros (capítulos, texto integral ou organização), dissertações e teses pode ser considerado produção científica.

Todo programa de pós-graduação *stricto sensu*, acadêmico ou profissional, exige, por determinação da CAPES, como parte dos requisitos para a concessão do

título de mestre ou de doutor, que seja produzida e apresentada, ao final do curso, informação científica. Em relação aos programas de mestrado, tanto nos acadêmicos, quanto nos profissionais, a informação científica produzida se dá, na grande maioria dos casos, por meio da elaboração de uma dissertação.

Mas por compreender que seria incoerente determinar que a produção de informação científica, nos programas de mestrado profissional, obedeça aos mesmos padrões estabelecidos e exigidos para a elaboração do trabalho final, nos programas de mestrado acadêmico, Mattos (1997) defende o conceito de flexibilização das formas de produção do trabalho final, nos mestrados profissionais. Em áreas do conhecimento como, por exemplo, a Administração, em que “a prática é condição da relevância porque gera a fecundidade da própria produção científica” (MATTOS, 1997, p. 162), este conceito se mostra ainda mais importante. Por seu caráter objetivo e aplicável, os programas de mestrado profissional precisam considerar, entre outros aspectos, alternativas em relação às metodologias utilizadas e à composição das bancas de avaliação.

Em relação às possíveis alternativas metodológicas, Mattos (1997, p. 155) se baseia na Resolução Nº 5, da Portaria Nº 47, de 17 de outubro de 1995, que determina que

O estudante deve apresentar trabalho final que demonstre domínio do objeto de estudo e capacidade de expressar-se lucidamente sobre ele. De acordo com a natureza da área e com a proposta do curso, esse trabalho poderá tomar formas como, entre outras, dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos e protótipos (CAPES, 1995).

E como os programas de mestrado profissional ainda não haviam definido uma metodologia “alternativa” que atendesse ao processo de elaboração de suas dissertações, o autor recomenda que estas fossem classificadas e construídas a partir de três tipologias: dissertações interpretativas, dissertações projetivas e dissertações avaliativas.

As dissertações interpretativas “proporcionariam uma explicação de fatos ou situações externas ou internas à organização, dado o momento e o contexto desta”. Nesse tipo de dissertação, as metodologias de pesquisa utilizadas na elaboração de trabalhos acadêmicos, para “interpretar a realidade exterior”, poderiam ser incorporadas. As dissertações projetivas “constituem desenvolvimento e/ou

aplicação de políticas, de estratégias, de modelos conceituais, de processos técnicos [...], sempre explicados com base em sua estrutura conceptual subjacente”. De acordo com o autor, o modelo de dissertação projetiva deveria apresentar proposta, mas não comportaria hipótese nem seria objeto de teste. Por fim, as dissertações avaliativas apresentariam “revisão e análise de resultados de programas, de projetos, de políticas, de estratégias e outros, já implantados em algum momento do passado da empresa” (MATTOS, 1997, p. 169).

Sobre a composição das bancas de avaliação, Mattos (1997, p. 166) compreende que seria coerente que um “especialista convidado” fizesse parte desse processo, trazendo sua experiência e seu conhecimento do meio profissional e contribuindo, de forma específica e pontual, com o trabalho. Embora o orientador, por sua “competência metodológica” e “familiaridade com o campo teórico envolvido no caso”, continuasse conduzindo o trabalho como um todo. Portanto,

A academia não precisa abdicar de sua competência analítica e metodológica, mas aceitar que não lhe cabe a última palavra quanto à relevância do que está sendo feito. Não é difícil concluir daí quanto seriam de repensar-se os recursos de acompanhamento do trabalho (que hoje excluem a empresa interessada), e até a composição das bancas examinadoras (MATTOS, 1997, p. 165).

No entanto, em 28 de dezembro de 2009, a CAPES lança a Portaria Nº 17, que trata, entre outros aspectos, da ampliação dos formatos de apresentação dos trabalhos de conclusão de curso, nos programas de mestrado profissional (NEGRET; NUNES; BONTEMPO, 2012, p. 17). O Parágrafo 3º, da referida Portaria, estabelece que

O trabalho de conclusão final do curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES (BRASIL, 2009).

Por compreender as especificidades relacionadas aos programas de mestrado profissional, a CAPES vem, ao longo dos anos, estabelecendo normas que atendam, de forma coerente, às necessidades geradas por esta modalidade de ensino. Ao destacarem a Portaria Nº 17/2009 – acima mencionada – e a Portaria Nº 2, de 4 de janeiro de 2012 – que trata da possibilidade de participação de docentes colaboradores na composição do corpo docente dos programas de mestrado profissional – Negret, Nunes e Bontempo (2012) evidenciam a preocupação da CAPES em contribuir com o aprimoramento e o desenvolvimento desses cursos.

Após a análise dos conceitos informação, conhecimento, informação científica e produção científica é possível concluir que informação científica é o objeto de estudo utilizado, pela ciência, para desenvolver e gerar produção científica. Mas somente o conhecimento produzido por professores e discentes, vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*, pode ser considerado produção científica. E mesmo sendo permitido pela CAPES, a partir da Portaria Nº 17/2009, que sejam ampliados os formatos de apresentação dos trabalhos de conclusão de curso, nos programas de mestrado profissional, a informação científica produzida nesses cursos, pelos discentes, ainda se dá, na maior parte das vezes, por meio da elaboração de uma dissertação. E esta pesquisa se propôs a levantar o perfil da produção científica – ou seja, das dissertações – de quatro programas de mestrado profissional para que fosse possível, por fim, verificar se esses programas atendem, por meio de suas dissertações, aos critérios de inserção social estabelecidos pela CAPES.

### **3: MESTRADOS PROFISSIONAIS EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: CARACTERÍSTICAS E REGIÕES**

O planejamento governamental voltado às questões urbanas e regionais se desenvolve, no Brasil, a partir da década de 1970 e é nesse período que surgem os primeiros cursos de mestrado sobre planejamento urbano e regional oferecidos pelas universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972), Universidade Federal de Pernambuco (1975) e Universidade de Brasília (PIQUET; VILANI, 2013, p. 99).

O governo atribuía tal importância ao tema do planejamento urbano e regional, que “a primeira turma do curso da UFRJ, então sob a responsabilidade da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (COPPE), é destinada”, exclusivamente, aos técnicos do governo que atuavam no Banco Nacional de Habitação (BNH), no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e em “órgãos do governo federal envolvidos com o planejamento urbano ou regional” (PIQUET; VILANI, 2013, p. 99).

É oportuno registrar que nos cursos implantados nos anos 1970, a presença de disciplinas da área de arquitetura e urbanismo era marcante e todos tinham não só no título a referência ao urbano como também a composição curricular era voltada ao estudo e ao planejamento metropolitano. As questões regionais, quando tratadas o eram sob a perspectiva das desigualdades entre as macrorregiões brasileiras (PIQUET; VILANI, 2013, p. 104).

Na década de 1980, as novas tendências políticas e dinâmicas socioeconômicas mundiais “põem em cheque” a idéia do planejamento e, no Brasil, o conceito passa a ser associado ao autoritarismo burocratizante. Com a crise

econômica e com o “enfraquecimento do Estado, o planejamento cai em descrédito” e os programas de pós-graduação criados, originalmente, com o objetivo de formar burocratas para atuarem na área, se transformam, gradualmente, em programas de estudos urbanos e regionais. Vale destacar, que em quase vinte anos – de 1975 a 1993 – nenhum novo curso foi criado na área (PIQUET; VILANI, 2013, p. 100).

A partir da década de 1990, a redução do papel do Estado, na economia, estimulou a “adoção de políticas descentralizadoras” que valorizavam a atuação de instâncias e agentes governamentais subnacionais (regionais). A nova realidade política, com a inclusão de novos atores sociais e com o avanço da democracia participativa, criou uma conjuntura para as políticas públicas totalmente diversa da que existia no período do planejamento centralizado, o que trouxe novos desafios aos programas de formação de recursos humanos na área (PIQUET; VILANI, 2013, p. 100).

Somente a partir dos anos 2000, com a estabilização monetária, a expansão econômica e a retomada dos investimentos em grandes projetos de infra-estrutura, o planejamento volta à moda e são propostos novos cursos. Nesse momento, abre-se a discussão sobre os conteúdos curriculares dos programas de formação em planejamento, que passam a enfatizar, crescentemente, a análise das realidades locais e regionais, gerando, a partir de então, as primeiras propostas de mestrados profissionais na área (PIQUET; VILANI, 2013, p. 100).

E para o desenvolvimento desta pesquisa, foram selecionados os quatro primeiros programas de mestrado profissional, da área de Planejamento Urbano e Regional, criados no Brasil. Com o objetivo de verificar se os programas selecionados atendem, por meio de suas dissertações, aos critérios de inserção social estabelecidos pela CAPES, será apresentado, a seguir, o perfil socioeconômico das regiões onde os programas estão inseridos. Serão apresentadas, também, informações – objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular – contidas nos *sites* dos programas que permitem conhecer suas características e a forma como foram estruturados e desenvolvidos.

### 3.1: PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES (PMPPRGC): CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

O Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, oferecido pela Universidade Candido Mendes (UCAM), localiza-se no município de Campos dos Goytacazes, Região Norte Fluminense – região ao norte do Estado do Rio de Janeiro, Sudeste do país. O Norte Fluminense é constituído por nove municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra (CRUZ, 2012, p. 38). Campos dos Goytacazes é o maior município do Estado – com 4.026,696 km<sup>2</sup> de área – e conta com 463.731 habitantes. Dos seus 463.731 habitantes, 96.780 possuem nível médio completo – o correspondente à 20,9% da população – e 31.658 possuem nível superior completo – o equivalente à 6,8% da população (CAMPOS..., 2013; IBGE, 2013).

Campos dos Goytacazes, o grande polo da Região Norte Fluminense, até a década de 1980, se caracterizou, do século XVIII até meados do século XX, como um “importante complexo agroindustrial de produção de cana, açúcar e álcool” (CRUZ, 2012, p. 38).

desde o século XIX a história desta região é marcada pela riqueza advinda do setor açucareiro e durante as três primeiras décadas do século XX o Estado do Rio de Janeiro ocupou a segunda posição dentre os maiores produtores de açúcar do Brasil. O desenvolvimento regional era então polarizado pelo município de Campos, que poderia ser identificado como “norte fluminense”, dada a sua extensão territorial e ao seu poder econômico (PIQUET, 2004, p. 28).

Em 1967, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) estabelece um piso de produção de “200 mil sacos de açúcar para cada uma das usinas brasileiras”, fazendo com que inúmeras delas fossem desativadas no Estado do Rio de Janeiro. Treze, das vinte e sete usinas existentes no Estado foram desativadas, “denotando que os empresários fluminenses já não acompanhavam o ritmo de modernização do setor” (PIQUET, 2004, p. 28).

Entre as décadas de 1970 e 1990, a Região Norte Fluminense apresenta “queda dos índices de produtividade e alto grau de desemprego sazonal”, gerando um “processo de pauperização, desenraizamento e deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades regionais”. Macaé – segundo polo da região, depois de Campos dos Goytacazes – também passa por uma fase de decadência. Em função da construção da ferrovia que liga a região à capital, deixa de ser o

principal porto de exportação da produção agrícola da região para o Rio de Janeiro (PIQUET, 2004, p. 28).

Ao longo deste período fortalece-se na região uma estrutura social bem nítida: 1: os usineiros, que representam o capital industrial e com forte expressão política; 2: os fornecedores de cana, em posição subordinada à dos usineiros, e aí incluídos os pequenos, médios e grandes produtores; 3: os pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, produtores de cana ou não, cuja produção básica não assegura o sustento da família e, por isso, vendem sua força de trabalho para outras unidades agrícolas ou para outros setores de atividade; e 4: os trabalhadores assalariados ou não, permanentes ou temporários (PIQUET, 2004, p. 28).

Com a crise do petróleo, em 1973, o setor sucroalcooleiro é reestruturado e empresários externos à região passam a adquirir as cotas de produção das usinas campistas, embora não aproveitem suas instalações industriais, já ultrapassadas tecnologicamente. E, assim, a Região Norte Fluminense deixa de ser uma das principais produtoras do setor. “Toda a região teria entrado em um processo de involução e crise não fora um inesperado acontecimento: é descoberto petróleo na Bacia de Campos” (PIQUET, 2004, p. 28).

Em 1979, foi decidido que a base de operações (*offshore*) da empresa petrolífera seria montada em Macaé, que já dispunha de um pequeno porto em operação, além de estar 110 km mais próximo do porto do Rio de Janeiro. Assim, “Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo e quem vai viver a “revolução industrial” é o pacato balneário de Macaé” (PIQUET, 2004, p. 29). E Macaé, que recebeu os “investimentos de capital fixo em instalações e equipamentos”, torna-se, por sua vez, o polo regional do complexo petrolífero (CRUZ, 2012, p. 38-39).

A descoberta de petróleo e gás na Bacia de Campos tornou a Região Norte Fluminense a maior produtora de petróleo do país e por meio do recebimento de *royalties* e de participações especiais, vem aumentando, significativamente, a receita de seus municípios, nos últimos anos (CAMPOS, 2013). Porém, segundo Piquet (2004, p. 27), este aumento nas receitas não se deve às “atividades industriais do setor petrolífero” e sim “à legislação brasileira que define como “produtor” todo município confrontante com poços em operação na plataforma marítima continental e, enquanto tal, com direito ao recebimento de *royalties* e de participações especiais”.

A extração do petróleo adicionou royalties aos orçamentos municipais desde 1985. Mas, com o aumento vertiginoso da produção, a duplicação do percentual dos royalties, a partir de 1998, e o acréscimo das participações especiais, o volume de recursos acrescidos aos orçamentos municipais, particularmente dos nove municípios produtores – dos quais cinco se encontram no Norte Fluminense (nenhum no NOF) – transformou esses municípios em entes federativos milionários, com fantástica capacidade orçamentária de investimento. Esses recursos têm sido utilizados, via de regra, de forma centralizada, o que vem gerando descompasso no atendimento das demandas antigas e novas, decorrentes da pressão sobre a infraestrutura urbana, sobre a inclusão social, dos segmentos tradicionalmente excluídos e dos contingentes atraídos pelas oportunidades geradas pela dinâmica extrativista petrolífera. Em conseqüência, ao mesmo tempo em que alguns problemas são enfrentados, muitos problemas antigos e novos persistem ou se agravam. O que estaria em formação seria um enclave territorial dinâmico, composto pelos municípios que usufruem de milionárias rendas orçamentárias e de volumoso investimento em capital fixo, cercado por um conjunto de municípios pobres, sem recursos (SERRA; PATRÃO; INFOROYALTIES; BOLETIM Petróleo, Royalties e Região *apud* CRUZ, 2007, p. 45).

Segundo Cruz (2012, p. 42) apresenta, de forma sintetizada, um panorama econômico da Região Norte Fluminense, a partir da implantação da indústria petrolífera e do recebimento das rendas advindas de sua exploração:

A economia regional do petróleo, com suas empresas e os orçamentos milionários dos municípios produtores segmentou o Norte Fluminense em três grupos de municípios: i) aqueles que recebem rendas petrolíferas e investimentos em capital fixo, com mercado de trabalho pujante e acentuado e constante crescimento populacional, como Macaé, com desdobramentos nos municípios das Baixadas Litorâneas; ii) os contemplados com as rendas petrolíferas, porém não beneficiados com os investimentos físicos diretos, com mercado de trabalho pouco dinâmico. Nesse grupo encontram-se municípios que não sofreram alteração nas taxas de crescimento demográfico, como Campos e S. João da Barra, e os que vêm mantendo altas taxas, caso de Quissamã e Carapebus, porém sem mercado de trabalho dinâmico. Esses dois devem o elevado crescimento populacional ao fato de terem se desmembrado de Macaé, no contexto do aumento das rendas petrolíferas, tendo montado suas máquinas administrativas nesse período, permanecendo como municípios-dormitório; iii) e os que se mantiveram como periferia, com estagnação e esvaziamento econômico e demográfico, caso dos municípios do NF não beneficiados nem com as rendas milionárias nem com instalações do complexo.

O Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, oferecido pela Universidade Candido Mendes (UCAM), foi o primeiro programa de mestrado profissional, da área de Planejamento Urbano e Regional, criado no Brasil. Sendo de dependência administrativa particular e funcionando,

regularmente, desde sua homologação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2001, recebeu, em 2007, “avaliação 4 da CAPES, tornando-se o primeiro, entre os mestrados profissionais da área, com tal pontuação” (UCAM, 2013).

O Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades consolidou-se como um centro de estudos e pesquisas sobre os impactos econômicos e sociais da indústria petrolífera na região, pois somente a partir de sua implantação tiveram início, de modo sistemático, estudos e pesquisas sobre os impactos dessa indústria na região e tem por objetivo prover instrumental teórico e prático neste campo de conhecimento, formando pessoal qualificado capaz de atuar na administração pública e em áreas específicas da iniciativa privada. Privilegia uma abordagem interdisciplinar no enfrentamento das questões que incidem sobre a região e a cidade (UCAM, 2013).

O Programa se estrutura a partir de duas linhas de pesquisa: “Desenvolvimento Regional” e “Gestão de Cidades” – que “desdobra-se em dois campos de interesse: o primeiro no campo das Políticas Públicas e o segundo no campo da Gestão”. A linha de pesquisa em Desenvolvimento Regional “aborda as questões do desenvolvimento econômico e social e de suas interfaces com o desenvolvimento regional” e estimula a elaboração de pesquisas sobre “os impactos regionais da extração e produção de petróleo e gás e sua importância nas mudanças da estrutura e hierarquia regional de cidades”; “as migrações intrarregionais e o movimento pendular entre residentes de municípios da região e regiões limítrofes”; “as mudanças no mercado de trabalho regional”; “os interesses e conflitos envolvidos nas disputas dos recursos e dos projetos de desenvolvimento locais/regionais”; e o “planejamento e políticas públicas territoriais de escalas micro e mesorregionais”.

A linha de pesquisa em Gestão de Cidades, no campo das Políticas Públicas, trata de questões sobre desenvolvimento local e gera “estudos sobre políticas e programas habitacionais, políticas públicas para as áreas de saúde, educação e geração de emprego e renda, incluindo ainda temas relacionados ao desenvolvimento sustentado”. E no campo das Práticas de Gestão Local (ou Administração Urbana) debate sobre as “práticas gerenciais urbanas afeitas à administração local, ao controle das atividades urbanas e do uso do solo e à gestão dos serviços públicos e da infra-estrutura” e produz pesquisas sobre “a administração da cidade em suas diferentes formas, desde a administração pública

tradicional à administração concessionada e à consorciada”, a fim de analisar de forma mais objetiva as “práticas inovadoras de gestão local; formas de colaboração entre os setores público e privado; fontes alternativas de receitas; instrumentos urbanísticos e de gestão do espaço local; sistemas de informação para o planejamento e gestão; os ‘impostos verdes’ e os ‘royalties’” (UCAM, 2013).

Sua estrutura curricular é composta por cinco disciplinas obrigatórias e são ofertadas, ainda, nove disciplinas eletivas. As disciplinas obrigatórias abordam questões como: desenvolvimento brasileiro; planejamento e desenvolvimento regionais; e crescimento e desenvolvimento urbanos. Fazem parte, também, das disciplinas obrigatórias, às voltadas ao ensino das metodologias e à orientação para pesquisa. As disciplinas eletivas apresentam instrumentos de análise regional, além de tratarem de questões específicas sobre a região em que o programa está inserido.

<b>ANO</b>	<b>Nº DE DISSERTAÇÕES</b>
2003	12
2004	18
2005	13
2006	12
2007	11
2008	14
2009	16
2010	7
2011	9
2012	13
TOTAL	125

**Quadro 1:** Dissertações Defendidas por Ano: PMPPRGC – Campos dos Goytacazes/RL

O Quadro 1, apresenta o levantamento quantitativo das dissertações concluídas e defendidas pelo Programa. Tendo tido sua primeira dissertação defendida em 2003, o Programa produziu em dez anos de funcionamento – de 2003 a dezembro de 2012 – um total de cento e vinte e cinco dissertações. Além da produção das dissertações, o Programa também contribui, desde 2003, com o desenvolvimento da área de Planejamento Urbano e Regional, por meio da publicação – trimestral e em versão exclusivamente eletrônica – do “Boletim Petróleo, Royalties e Região”.

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica, de acesso livre (open access), primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003. O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo (BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO, 2013).

E em 2006, foi desenvolvido e implantado, com apoio do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), o banco de dados “Inforoyalties”, que traz indicadores sobre as questões das compensações financeiras aos *royalties* e às participações especiais. Vale ressaltar, que o Inforoyalties é a primeira base de dados dessa natureza criada no país e que se constitui em um instrumento de democratização da informação.

### 3.2: PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PMPDR): GOIÂNIA/GO

O Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, oferecido pela Faculdade Alves Faria (ALFA), localiza-se no município de Goiânia, Região Centro Goiano – região central do Estado de Goiás, Centro Oeste do país. O Centro Goiano é constituído por cinco municípios: Anápolis, Anicuns, Ceres, Goiânia – a capital do Estado – e Iporá (Seplan – Anuário Estatístico do Estado de Goiás, 1996 *apud* PÁDUA, 2008, p. 50). Goiânia possui 732,802 km<sup>2</sup> de área e é o mais populoso – com 1.302.001 habitantes – município da região. Dos seus 1.302.001 habitantes, 353.371 possuem nível médio completo – o correspondente à 27,1% da população – e 177.697 possuem nível superior completo – o equivalente à 13,6% da população (GOIÂNIA, 2013; IBGE, 2013).

Com o objetivo de incentivar a ocupação de regiões pouco povoadas do interior, especialmente, no Centro Oeste e no Norte do país, o então Presidente da República Getúlio Vargas lançou, na década de 1940, o programa "Marcha para o Oeste". “A necessidade de incorporar novas áreas para a produção agrícola e pecuária na divisão regional do trabalho que o processo de industrialização da

região Sudeste demandava gerou a Marcha para o Oeste”, resultando na ocupação territorial dessa região (NEGRET, 2012, p. 113).

“A Marcha para o Oeste ganha novo impulso com a construção de Brasília e a abertura de rodovias do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e reorganiza o território nacional e a integração produtiva do mercado brasileiro” (PEDCO, 2007, p. 21 *apud* NEGRET, 2012, p. 113). A transferência da Capital Federal para o Centro Oeste e a promoção de programas de incentivos e créditos às atividades agropecuárias “se destacam como as principais políticas públicas no século XX para a ocupação do território do Centro Oeste” (NEGRET, 2012, p. 113).

Em 1967, durante o Governo Costa e Silva, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) – “órgão responsável por planejar e gerir as políticas a serem implantadas na região” (HADDAD, 2011, p. 61). Embora tenha tido seu modelo inspirado na Sudene – superintendência instalada na região Nordeste – a Sudeco buscou enquadrar sua estrutura administrativa “à nova realidade econômica, social e política do Centro-Oeste” (Ministério do Interior, 1981, p. 6 *apud* HADDAD, 2011, p. 62) e passou a realizar pesquisas “com o fim de conhecer o potencial econômico da região, e a definição das áreas apropriadas para o desenvolvimento planejado com a fixação de pólos de crescimento” (BRAGA, 1998, p. 96 *apud* HADDAD, 2011, p. 61-62).

Uma série de programas de desenvolvimento regional, que tinham como objetivo “promover a integração espacial do Centro-Oeste, através do fortalecimento econômico e social”, foram propostos. E por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – I PND (1970 à 1974) e II PND (1975 à 1979) – os programas propostos para a Região Centro-Oeste foram sendo implantados (HADDAD, 2011, p. 62).

Os recursos do governo federal destinados a custeio, comercialização e investimentos na agropecuária foram volumosos principalmente entre 1975 e 1983. [...] O mecanismo que efetivou incremento de aplicação de capital na agropecuária foi o crédito rural. Essa modalidade de subsídio ao campo decorreu sobretudo do apelo de representantes do setor industrial que buscavam realizar a produção de máquinas e demais insumos necessitando, portanto, de uma sólida demanda por parte de empresários e fazendeiros rurais. O financiamento estatal intensificou a mecanização no campo e incrementou a indústria de máquinas para o setor rural. [...] O crédito, devido à exigência de padrão operacional e tecnológico, não contemplou significativamente pequenos produtores. Os projetos de viabilidade econômica e financeira, o volume de recursos necessários, as garantias demandadas, a formação de estoques de capital e os padrões

técnicos requeridos não estavam ao alcance do pequeno agricultor; deste modo, o crédito rural esteve concentrado no âmbito da grande propriedade (ESTEVAM, 1997).

“O Estado passou a se preocupar com as questões do desenvolvimento e o “grande empreendimento que catalisou e sintetizou esse afã de construir algo novo e desenvolver o Estado foi a construção de Goiânia – a nova capital”” (PALACIN; MORAES, 2008, p. 154 *apud* HADDAD, 2011, p. 55-56). A construção de Goiânia, na década de 1930, foi “apontada como um marco da transformação do Estado de Goiás”. O local escolhido para abrigar a nova capital do Estado foi “a região onde se encontrava a cidade de Campinas”, perto do município de Anápolis, “que já possuía a maior economia e população do Estado” (HADDAD, 2011, p. 56). E da interligação comercial de Goiânia com Anápolis surgiu uma nova divisão do trabalho, em que “Goiânia tornou-se um centro varejista e Anápolis mantendo-se como centro atacadista” (HADDAD, 2011, p. 57).

A construção de Goiânia promoveu a abertura de novas estradas, tornando-se elo de ligação entre os municípios e com outros estados; favorecendo a imigração, e conseqüentemente o povoamento, acelerando o crescimento do Mato Grosso Goiano, zona de grande riqueza agrícola; criou o primeiro centro urbano de relativa importância em Goiás que, se não chegou a construir o centro industrial – como esperavam os construtores – desenvolveu para si e para todo o estado os diversos tipos de serviços (colégios e faculdades, bancos, hospitais, comércio etc.) indispensáveis para o desenvolvimento (PALACIN; MORAES, 2008, p. 162 *apud* HADDAD, 2011, p. 56-57).

Embora os Estados do Centro-Oeste tenham se caracterizado pelo “fornecimento de produtos agropastoris, de modo especial cereais e carnes, para abastecimento da indústria de produtos alimentares e de núcleos urbanos de grande parte do país”, além de produzirem para exportação e contribuírem para a “melhoria no balanço de pagamentos” (ESTEVAM, 1997, p. 155), a atividade econômica predominante em Goiânia é a prestação de serviços e não a produção agrícola (HADDAD, 2011, p. 102).

Porém, Goiânia abriga importantes empresas agroindustriais – Cooperativa Central de Laticínios de Goiás (Centroleite), Laticínios Itambé, Nestlé Brasil Ltda e Unilever Best Foods Ltda. Pádua (2008, p. 81), que lista os principais empreendimentos do setor, estabelecidos em Goiás, esclarece que essas empresas

“estão localizadas em regiões com maior oferta de matéria prima para o produto que a agroindústria industrializa mão-de-obra e acesso a outros centros e mercado consumidor”. Por fim, vale ressaltar, que Goiânia, junto com Brasília, representam as duas metrópoles do Centro-Oeste, além de apresentarem a maior taxa de crescimento populacional dentre todas as demais regiões metropolitanas do Brasil (HADDAD, 2011, p. 100).

De modo geral, a dinâmica das economias regionais encontra-se entrelaçada com a evolução sócio-econômica do país; significa dizer que existe um "movimento maior" que condiciona o nível de desenvolvimento de cada uma e também que as transformações de uma dada região, em última instância, dependem da forma e do grau de inserção do país no comércio internacional. De modo específico, as economias regionais também estão condicionadas aos próprios fatores internos, o que significa dizer que as relações de produção, o nível de tecnologia, o regime de apropriação fundiária, a natureza da produção, os recursos naturais, a localização e a ocupação demográfica constituem variáveis que podem retardar, promover ou incentivar mudanças na ordem sócio-econômica regional. (ESTEVAM, 1997, p. 1)

O Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, oferecido pela Faculdade Alves Faria (ALFA), foi o segundo programa de mestrado profissional, da área de Planejamento Urbano e Regional, criado no Brasil. Sendo de dependência administrativa particular e funcionando, regularmente, desde sua homologação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2007, recebeu, da CAPES, conceito 3. O Artigo 1º, do Regulamento do Programa, apresenta seus objetivos:

O Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional tem por finalidade formar recursos humanos capacitados para analisar a realidade nacional e regional e propor alternativas orientadas ao desenvolvimento sustentável na região com base na transformação das relações e práticas sócio-ambientais (ALFA, 2014).

O Programa se estrutura a partir de duas linhas de pesquisa: “Análise e Políticas de Desenvolvimento Regional” e “Gestão Estratégica de Empreendimentos”. A linha de pesquisa em Análise e Políticas de Desenvolvimento Regional aborda questões sobre recursos naturais, potencialidades produtivas regionais, processos no território e seus impactos socioambientais, atividades econômicas e seus aspectos institucionais e legais – incluindo políticas públicas e

gera estudos sobre as “novas alternativas de desenvolvimento sustentável na região, de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável” (ALFA, 2014).

E a linha de pesquisa em Gestão Estratégica de Empreendimentos trata das questões sobre gestão estratégica nas organizações e desenvolvimento organizacional a partir das condições econômicas regionais e estimula a elaboração de pesquisas que incorporem “análises e propostas de gestão estratégica de empreendimentos com tecnologias adaptadas e aplicadas, buscando otimizar a inserção das mesmas em novas iniciativas, orientadas sob princípios de responsabilidade social e ambiental” (ALFA, 2014).

De acordo com as informações presentes em seu *site*, o Programa oferece, por meio de suas disciplinas, “instrumentos para a análise dos recursos naturais e sociais e dos processos sócio-ambientais e seus impactos”, além de apresentar “ferramentas para o planejamento e gestão do território e de empreendimentos públicos e privados nos diferentes setores sócio-econômicos”. E dessa forma, o aluno será capaz de “desenvolver a sua dissertação com aplicabilidade na realidade estudada e no âmbito das duas linhas de pesquisa do mestrado” (ALFA, 2014).

<b>ANO</b>	<b>Nº DE DISSERTAÇÕES</b>
2009	3
2010	13
2011	20
2012	10
TOTAL	46

**Quadro 2:** Dissertações Defendidas por Ano: PMPDR – Goiânia/GO

O Quadro 2, apresenta o levantamento quantitativo das dissertações concluídas e defendidas pelo Programa. Tendo tido sua primeira dissertação defendida em 2009, o Programa produziu em quatro anos de funcionamento – de 2009 a dezembro de 2012 – um total de quarenta e seis dissertações.

3.3: PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL (PMPPTDS): FLORIANÓPOLIS/SC

O Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, oferecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), localiza-se no município de Florianópolis – capital do Estado de Santa Catarina, Região Sul do país. Também conhecida como "Ilha da Magia", “situa-se no litoral catarinense, e conta com uma parte insular (ilha de Santa Catarina) e outra parte continental incorporada à cidade em 1927, com a construção da ponte pênsil Hercílio Luz - 820 m de comprimento - que ligou a ilha ao continente”. Tem “sua economia alicerçada nas atividades do comércio, prestação de serviços públicos, indústria de transformação e turismo” e “vem se firmando cada vez mais como centro de turismo” no país (PREFEITURA..., 2013). Florianópolis possui 675,409 km<sup>2</sup> de área e 421.240 habitantes. Dos seus 421.240 habitantes, 127.752 possuem nível médio completo – o correspondente à 30,3% da população – e 90.436 possuem nível superior completo – o equivalente à 21,5% da população (FLORIANÓPOLIS, 2013; IBGE, 2013).

Santa Catarina abriga uma série de empresas exportadoras de grande porte. E conta, ainda, com uma rede portuária que atende, de forma eficiente, suas regiões industriais. De acordo com Rocha, Vidal e Guterres (2011, p. 59), as indústrias catarinenses “recorrem apenas excepcionalmente a portos de outros estados em suas operações de comércio internacional”. Fazem parte da rede portuária do Estado, o Porto de Imbituba, o Porto Itajaí/Navegantes e o Porto São Francisco do Sul.

O Porto de Imbituba raramente é utilizado pelas indústrias da região como alternativa exportadora. “O principal motivo alegado para isto é a falta de linhas internacionais que ali operem, ocasionando um relativo isolamento, associado ao fato de depender do trecho não duplicado da BR-101 (ainda em obras em 2010)” (ROCHA; VIDAL; GUTERRES, 2011, p. 61).

O Porto Itajaí/Navegantes é “a principal via para as exportações catarinenses, apresentando importante especialização para cargas frigorificadas e containerizadas, de maior valor agregado” (ROCHA; VIDAL; GUTERRES, 2011, p. 62). Localizado na foz do rio Itajaí-Açú, é um caso singular em que dois portos ocupam a mesma região portuária. A margem esquerda do rio é administrada por uma companhia privada – Porto de Navegantes – e a margem direita é administrada pelo setor público – Porto Itajaí.

Embora administrada por regimes jurídicos diferentes, trata-se, do ponto de vista espacial, da mesma área portuária, compartilhando da foz do mesmo rio e inclusive tendo de coordenar entre si o tráfego de embarcações, visto que a “bacia de evolução” (área que os navios utilizam em suas manobras de atracação e partida) é comum (ROCHA; VIDAL; GUTERRES, 2011, p. 61).

Por fim, o Porto São Francisco do Sul “tem procurado diversificar suas atividades, fortemente centradas na exportação de soja e produtos industrializados do Nordeste Catarinense”. Ligada às “grandes regiões produtoras de soja do Mato Grosso do Sul e Noroeste do Paraná”, o panorama da região portuária é marcado pela “presença de grandes armazéns graneleiros e tanques para o armazenamento do óleo vegetal” (ROCHA; VIDAL; GUTERRES, 2011, p. 62).

Uma característica marcante do Estado de Santa Catarina é seu histórico acerca dos desastres ambientais. “Os desastres ambientais mais comuns que afetam o Brasil são as inundações, enchentes, movimentos de massa, seca e erosão, responsáveis por um grande número de vítimas e perdas materiais todos os anos” (FERREIRA, 2012, p. 30). O Estado de Santa Catarina, junto com os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe abrigam os municípios que mais sofrem com esse tipo de problema no país (KOBAYAMA et al., 2006 *apud* FERREIRA, 2012, p. 30).

As razões que levam a constar inúmeras situações de emergência e/ou calamidade pública no Estado, associadas às chuvas intensas, devem-se ao crescimento populacional das cidades, problemas com o processo de expansão urbana e a ocupação em áreas de risco, sujeitas as inundações, movimentos de massa, desmatamento (substituição da vegetação natural por uma secundária, o que não permite uma eficaz proteção do solo e infiltração da água pluvial), rios retinizados ou canalizados, com retenção de entulhos, impedindo a vazão normal da água, causando transbordamento e erosão nas margens; “todas as razões citadas acentuam os efeitos adversos dos rigores do clima, não sendo necessário índices pluviométricos intensos para que desencadeiem transtornos nas localidades assentadas em áreas suscetíveis a estes fenômenos”. (HERRMANN, 2007, p. 1 *apud* FERREIRA, 2012, p. 31)

O Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, oferecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), foi o terceiro programa de mestrado profissional, da área de Planejamento Urbano e Regional, criado no Brasil. Sendo de dependência administrativa Estadual e funcionando, regularmente, desde sua homologação pelo

Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2007, recebeu, da CAPES, conceito 4. O Artigo 1º, do Regulamento do curso, apresenta seus objetivos:

O Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - Curso de Mestrado Profissional, do Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED/UDESC visa permitir o aprofundamento de conhecimentos adquiridos em cursos de graduação em Geografia e áreas correlatas, capacitando profissionais de nível superior a desenvolver pesquisa científica e tecnológica em áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciências Exatas e da Terra (UDESC, 2013).

A partir da área de concentração “Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental”, o Programa foi estruturado com base em duas linhas de pesquisa: “Análise e Gestão Ambiental” e “Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Econômico e Espacial”. A área de concentração proposta objetiva relacionar as “questões de ordem natural e ambiental com aquelas vinculadas às ações humanas e sociais, utilizando-se da categoria território, uma vez que tanto a natureza quanto a sociedade possuem uma (...) espacialização, uma territorialização”. E, em função dos “fenômenos territoriais”, são elaborados estudos que abordam as “problemáticas ambientais e sociais, através do entendimento do processo de planejamento” (UDESC, 2013).

A linha de pesquisa em Análise e Gestão Ambiental “está pautada na ênfase das etapas de inventário, diagnóstico, mapeamento e análise do quadro natural e ambiental (sociedade e natureza); e a gestão ambiental, sem desprezar o planejamento físico ou regional, deve buscar articulação com este”. Já a linha de pesquisa em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental

trata do planejamento do território buscando soluções de desenvolvimento social, econômico e espacial. O processo de planejamento territorial é apoiado, portanto, na proposição de pesquisas que tratem teórica e empiricamente os processos sociais, econômicos e espaciais, como os desequilíbrios econômicos intra-urbanos ou intra-regionais. As abordagens das pesquisas devem estar interligadas com os processos históricos de formação, produção e ocupação do território no Brasil, analisando as formas e estruturas estabelecidas e propondo formas de intervenção para o desenvolvimento de regiões deprimidas ou estagnadas, buscando formas de atenuação dos desequilíbrios sociais e econômicos materializados no território (UDESC, 2013).

Sua estrutura curricular é composta por três disciplinas obrigatórias e são ofertadas treze disciplinas eletivas. Além das disciplinas voltadas ao ensino das metodologias e à orientação para pesquisa, faz parte das obrigatórias a disciplina que aborda o planejamento territorial urbano e de bacias hidrográficas em Santa Catarina. As disciplinas eletivas tratam de temas relacionados à análise da paisagem geográfica; cartografia e geoprocessamento aplicado ao planejamento; cultura urbana; demografia; desenvolvimento regional; geografia da população; gestão de bacias hidrográficas; planejamento regional e urbano; planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental; e sociologia urbana.

<b>ANO</b>	<b>Nº DE DISSERTAÇÕES</b>
2008	3
2009	5
2010	7
2011	13
2012	14
TOTAL	42

**Quadro 3:** Dissertações Defendidas por Ano: PMPPTDS – Florianópolis/SC

O Quadro 3, apresenta o levantamento quantitativo das dissertações concluídas e defendidas pelo Programa. Tendo tido sua primeira dissertação defendida em 2008, o Programa produziu em cinco anos de funcionamento – de 2008 a dezembro de 2012 – um total de quarenta e duas dissertações.

#### 3.4: PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL (PMPA): SALVADOR/BA

O Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, oferecido pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), localiza-se no município de Salvador – capital do Estado da Bahia, Região Nordeste do país. Salvador possui 693,276 km<sup>2</sup> de área e 2.675.656 habitantes. Dos seus 2.675.656 habitantes, 795.266 possuem nível médio completo – o correspondente à 29,7% da população – e 255.606 possuem nível superior completo – o equivalente à 9,5% da população (SALVADOR, 2013; IBGE, 2013).

Embora Salvador tenha deixado de ser, no início do século XIX, “a maior e a mais rica cidade do Brasil, ultrapassada pela capital, o Rio de Janeiro” (SALVADOR, 2013),

a função da cidade do Salvador como importante praça portuária data desde os tempos coloniais, sendo comumente denominada, por décadas, como “a cidade porto”, “cidade voltada para o mar” e “importante porto exportador/importador”. Tal era a sua importância que, durante todo o período colonial até a metade do Segundo Império, o porto de Salvador era considerado como o principal ponto de distribuição de todo o Atlântico Sul (RIOS; MELLO E SILVA, 2011, p. 1).

Até meados do século XX, o porto de Salvador funcionava com uma “pauta de exportação atrelada aos gêneros primários e pouco diversificada” (RIOS; MELLO E SILVA, 2011, p. 6). Baseada na produção e na exportação de produtos manufaturados, como o açúcar e o fumo, a superação do modelo econômico agro-exportador ocorreu na década de 1950, “a partir do desenvolvimento das atividades de exploração e refino de petróleo na região do Recôncavo Baiano (...) destacando-se a entrada em operação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), da Petrobras” (SANTOS, 1959 apud RIOS; MELLO E SILVA, 2011, p. 8).

Em 1957, em função da implantação da indústria petrolífera e de suas ampliações, a exportação de petróleo passa a ser a principal carga movimentada pelo porto de Salvador, o que “representa um marco para as importações de produtos químicos e de materiais pesados” através do porto (SANTOS, 1959 apud RIOS; MELLO E SILVA, 2011, p. 8).

Uma importante característica de Salvador é sua alta densidade demográfica. Dos quatro municípios – Campos dos Goytacazes/RJ, Goiânia/GO, Florianópolis/SC e Salvador/BA – analisados nesta pesquisa, o soteropolitano é o que possui a mais alta densidade demográfica. Enquanto as cidades de Campos dos Goytacazes, Goiânia e Florianópolis possuem 115,16, 1.776,74 e 623,68 habitantes por km<sup>2</sup>, respectivamente, Salvador tem 3.859,44 habitantes por km<sup>2</sup> (CAMPOS..., 2013; FLORIANÓPOLIS, 2013; GOIÂNIA, 2013; SALVADOR, 2013). Além disso,

o município de Salvador agora tem colocadas diante de si, como nunca antes, as sérias limitações ao crescimento proporcionadas pelo seu sítio urbano, sobretudo de ordem topográfica, e, particularmente, por sua situação geográfica, envolvida que é pelo Oceano Atlântico, de um lado, e pela Baía de Todos os Santos, por outro lado, além de estar cercada por

um verdadeiro “cinturão industrial”, com todos os riscos e agressões ambientais que isto acarreta, e por reservatórios de água e áreas de uso especial na parte norte do município, o que impede sua expansão linear, de forma contínua. As restrições físicas do sítio urbano têm seu destaque na presença de numerosas encostas com forte declividade, ou seja, acima de 35% inviabilizando as edificações, na ocorrência de uma expressiva hidrografia com muitos cursos d’água, represas e espelhos d’água protegidos e, ainda na existência de áreas de vegetação preservadas. (MELLO E SILVA, 1996, p. 3-4)

Portanto, a alta densidade demográfica, em conjunto com a topografia característica da região, torna o processo de ocupação e uso do solo em Salvador um problema com enormes consequências sociais e ambientais. A “questão urbana de Salvador é hoje uma questão dramática abrangendo e integrando um grande conjunto de problemas sociais e econômicos em sua expressão espacial e com forte impacto ambiental” (MELLO E SILVA, 1996, p. 1).

O Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, oferecido pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), foi o quarto programa de mestrado profissional, da área de Planejamento Urbano e Regional, criado no Brasil. Sendo de dependência administrativa particular e funcionando, regularmente, desde sua homologação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2007, recebeu, da CAPES, conceito 3. Fazem parte dos objetivos do Programa:

Formar técnicos de alto nível que – a partir dos respectivos ambientes profissionais e dotados de conhecimento e consciência crítica a respeito das relações entre sociedade, ciência e natureza – sejam capazes de intervir na realidade mediante o planejamento ambiental. Capacitar profissionais a acompanhar e avaliar a execução de planos de gestão ambiental, assim como para realizar diagnósticos ambientais e elaborar planos e projetos de planejamento ambiental em diferentes escalas, setores e contextos institucionais (UCSal, 2013).

Ainda se configura como objetivo a criação de “competências acadêmicas, em planejamento da cidade e da região, na perspectiva das condições de vida humana e social”. Desta forma, o desenvolvimento do curso, com “foco interdisciplinar”, inter-relaciona os “fenômenos territoriais às questões sociais e ambientais, com especial ênfase nas formas de intervenção planejada, tendo em vista as condições de vida no território” (UCSAL, 2013).

O Programa se estrutura a partir de duas linhas de pesquisa: “identificação e remediação de comprometimentos biológicos, físicos e químicos no planejamento

ambiental com uso de tecnologias ambientais” e “compreensão e atenuação de constrangimentos históricos, políticos, socioeconômicos e geográficos no planejamento ambiental”. A primeira linha de pesquisa aborda questões sobre planejamento ambiental, direcionado ao desenvolvimento sustentável, na medida em que

analisa os processos ambientais naquilo que aponta comprometimentos da natureza em seus aspectos biológicos, físicos e químicos de modo a gerar informações necessárias ao planejamento ambiental com vistas ao uso sustentável dos recursos naturais e à qualidade de vida humana. Os comprometimentos são examinados em seus efeitos sobre o meio ambiente e em suas possibilidades de remediação para o uso sustentável da natureza (UCSAL, 2013).

A segunda linha de pesquisa também trata de questões sobre planejamento ambiental, porém, “relaciona o planejamento ambiental” com as “dimensões históricas, políticas, sócio-econômicas e geográficas da sociedade, na perspectiva do desenvolvimento com sustentabilidade sócio-ambiental”. Essa linha produz pesquisas que “analisam criticamente constrangimentos decorrentes das correlações de forças que condicionam programas, acompanhamentos e inventários ambientais, em todas as fases do processo de planejamento” e que são protagonizados por “agentes sociais que partilham ou antagonizam interesses” (UCSAL, 2013).

Sua estrutura curricular é composta por cinco disciplinas obrigatórias e oito disciplinas optativas. As disciplinas obrigatórias abordam questões sobre planejamento e gestão ambientais; políticas públicas relacionadas ao meio ambiente; e análises de impactos ambientais. Fazem parte, também, das disciplinas obrigatórias, às voltadas ao ensino das metodologias e à orientação para pesquisa. As disciplinas optativas tratam de temas relacionados à legislação ambiental; metodologias para a análise de dados e sua representação gráfica/cartográfica; geoprocessamento no planejamento ambiental; desenvolvimento sustentável; análises microbiológicas ambientais; e ecologia e biodiversidade.

ANO	Nº DE DISSERTAÇÕES
2009	2
2010	7
2011	8
2012	2
TOTAL	19

**Quadro 4:** Dissertações Defendidas por Ano: PMPA – Salvador/BA

O Quadro 4, apresenta o levantamento quantitativo das dissertações concluídas e defendidas pelo Programa. Tendo tido sua primeira dissertação defendida em 2009, o Programa produziu em quatro anos de funcionamento – de 2009 à dezembro de 2012 – um total de dezenove dissertações.

Ao analisar a evolução dos programas de mestrado profissional, da área de Planejamento Urbano e Regional, Piquet e Vilani (2013, p. 103) enfatizam, entre outras questões, uma característica compartilhada entre os programas: a formação docente. A formação dos docentes é caracterizada “não só por apresentar grande diversidade disciplinar, como também pelo fato de que cada docente obteve seus títulos de graduação, mestrado e doutorado em cursos de natureza diversa”. De acordo com os autores, a “área de Planejamento Urbano e Regional ainda não realimenta a formação de seus quadros docentes”. As áreas predominantes na formação dos docentes são Administração de Empresas e Engenharia de Produção, que se destacam em relação à formação na graduação e no mestrado/doutorado, respectivamente.

São claras as transformações pelas quais a área passou em termos de composição curricular, campos de atuação, formação docente e localização. Enquanto os primeiros programas da área são voltados ao planejamento urbano-metropolitano, na virada do século esse padrão irá mudar. Os novos cursos trazem a temática do desenvolvimento regional, agora tratado não mais sob a perspectiva dos desequilíbrios entre as macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), mas sim focado em regiões delimitadas do interior do país ou sobre a problemática das regiões metropolitanas de segundo nível (PIQUET; VILANI, 2013, p. 105).

Os mestrados profissionais se caracterizaram como um importante instrumento “na construção de um futuro socialmente mais justo e territorialmente menos desigual”, na medida em que podem promover “estudos, pesquisas e

debates, entre especialistas e atores políticos”, com esse fim (PIQUET; VILANI, 2013, p. 105).

#### **4: PERFIL DAS DISSERTAÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL DE MESTRADOS PROFISSIONAIS EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

Esta pesquisa se propôs a verificar se as dissertações produzidas pelos programas de mestrado profissional que foram selecionados e que contribuem para o conhecimento das regiões em que se localizam, tornando-se, assim, recursos da ciência e do conhecimento para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social. Para alcançar este objetivo, elaborou-se – no capítulo anterior – o perfil socioeconômico das regiões onde os programas estão inseridos para que fosse possível verificar a aderência, com os critérios de inserção social estabelecida pela CAPES, dos cursos selecionados. Elaborou-se, também, o levantamento do perfil das dissertações em questão, a partir de duas etapas: leitura técnica e síntese; e classificação.

A leitura técnica foi desenvolvida por meio da análise dos títulos e dos resumos das dissertações. Essa análise foi feita a partir das informações contidas nesses elementos, porque, especificamente o resumo, apresenta o objetivo da dissertação de forma clara e sucinta e, assim, permite definir o assunto abordado pelo trabalho sem que seja necessário ler todo o conteúdo do texto. Vale ressaltar, que esse tipo de leitura é, normalmente, empregado por bibliotecários/classificadores na organização de seus acervos. Em seguida, foram elaboradas as sínteses – apresentadas na seção Apêndices – das dissertações. A construção das sínteses contribuiu com o processo de classificação, além de permitir que as análises dos trabalhos fossem apresentadas.

Após a leitura técnica e a construção das sínteses, as dissertações foram classificadas e agrupadas em categorias/assuntos, a partir do seu grau de semelhança. Logo, o levantamento do perfil das dissertações foi construído a partir

da elaboração de suas sínteses – por meio da leitura técnica – e de sua classificação.

E, finalmente, elaborou-se um quadro, para cada um dos programas selecionados, que apresenta a compilação dos temas abordados em suas dissertações. E com o objetivo de indicar, de forma clara e ilustrativa, a localização espacial das dissertações defendidas, foram apresentados os mapas – com a divisão mesorregional – dos Estados onde os programas estão inseridos.

#### 4.1: PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES (PMPPRG): CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2001, o Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, oferecido pela Universidade Candido Mendes (UCAM), produziu sua primeira dissertação em 2003 e em dezembro de 2012 o programa já havia concluído e defendido cento e vinte e cinco dissertações. O capítulo anterior apresentou o levantamento quantitativo, por meio do Quadro 1a, das dissertações produzidas pelo programa e, a seguir, será apresentado o levantamento do perfil, por meio do Quadro 1b, e a análise dessa produção.

Após a análise e o levantamento do perfil das dissertações, foram destacadas as categorias “Gestão de Cidades” – responsável pela produção de cinquenta e seis dissertações, que representam 45% dos trabalhos produzidos; “Desenvolvimento Regional” – com a produção de trinta e sete dissertações, representando 29% dos trabalhos produzidos; “Atividade Petroquímica” – com a produção de seis dissertações, representando 5% dos trabalhos produzidos; e os demais 21% referem-se à categoria “Outros”, que abrange as dissertações que abordam temas variados e que não poderiam ser incluídas nas outras categorias disponíveis.

		CATEGORIAS			
		Gestão de Cidades	Desenvolvimento Regional	Atividade Petroquímica	Outros
DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS	001	X			
	002		X		
	003		X		
	004				X
	005				X
	006		X		
	007		X		
	008		X		
	009				X
	010	X			
	011	X			
	012	X			
	013		X		
	014	X			
	015				X
	016				X
	017			X	
	018	X			
	019	X			
	020				X
	021	X			
	022	X			
	023				X
	024	X			
	025		X		
	026	X			
	027	X			
	028	X			
	029		X		
	030		X		
	031		X		
	032				X
	033	X			
	034		X		
	035	X			
	036	X			
	037		X		
	038		X		
	039		X		
	040	X			
	041		X		
	042	X			
	043		X		
	044				X
	045		X		
	046		X		
	047	X			
	048	X			
	049		X		
	050	X			
	051	X			
	052		X		
	053		X		
	054	X			

055		X		
056	X			
057		X		
058				X
059	X			
060	X			
061	X			
062			X	
063	X			
064		X		
065				X
066				X
067				X
068	X			
069		X		
070	X			
071		X		
072	X			
073		X		
074		X		
075				X
076				X
077	X			
078			X	
079	X			
080	X			
081	X			
082	X			
083	X			
084	X			
085	X			
086				X
087				X
088	X			
089	X			
090	X			
091		X		
092	X			
093	X			
094				X
095	X			
096				X
097				X
098	X			
099	X			
100				X
101	X			
102		X		
103	X			
104			X	
105		X		
106	X			
107	X			
108	X			
109	X			
110		X		
111		X		
112	X			

	113	X							
	114	X							
	115						X		
	116		X						
	117		X						
	118				X				
	119		X						
	120						X		
	121						X		
	122						X		
	123				X				
	124		X						
	125						X		
<b>TOTAL</b>									
125	100%	56	45%	37	29%	6	5%	26	21%

**Quadro 5:** Dissertações Defendidas por Categoria: PMPPRGC – Campos dos Goytacazes/RJ  
 Fonte: Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades.  
 Disponível em: <<http://cidades.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 20 maio 2013.

A categoria “Gestão de Cidades” engloba pesquisas sobre: Plano Diretor para a regionalização da saúde e para o estabelecimento de Áreas de Especial Interesse Social (AEIS); plano urbanístico e plano estratégico; projetos de habitação e de praças públicas; políticas de saúde, de prevenção e controle da dengue, de habitação, de cultura, políticas que gerem qualidade de vida e proteção social e Política de Assistência Social; gestão do setor de saúde, de habitação e de segurança, gestão de recursos hídricos, de saneamento ambiental, de resíduos sólidos, de resíduos hospitalares, do sistema viário, do patrimônio arquitetônico municipal, do turismo, dos recursos públicos, gestão metropolitana e gestão participativa; programas de capacitação profissional e geração de trabalho e renda e de erradicação do trabalho infantil no setor canavieiro; oferta de cursos, para o nível médio, pela Educação Profissional Técnica; subsídios públicos municipais para ensino superior privado; indicadores de qualidade de vida e de sustentabilidade ambiental; centros de convivência para a terceira idade; acessibilidade ao serviço público de saúde, aos bens e serviços urbanos e ao centro urbano; utilização de instrumentos jurídicos e urbanísticos em vazios urbanos e na regularização fundiária e harmonização de instrumentos urbanísticos e ambientais na redução dos impactos socioeconômicos e ambientais gerados pela indústria petrolífera na estrutura fundiária municipal; intervenção do poder público municipal no processo de produção social do espaço urbano; relação entre adensamento e verticalização urbanos e potencial necessário de infraestrutura; impactos na mobilidade urbana a partir da expansão urbana e da ocupação e uso do solo; revitalização do centro

histórico municipal; e relação entre recursos investidos em infraestrutura urbana e eleições municipais.

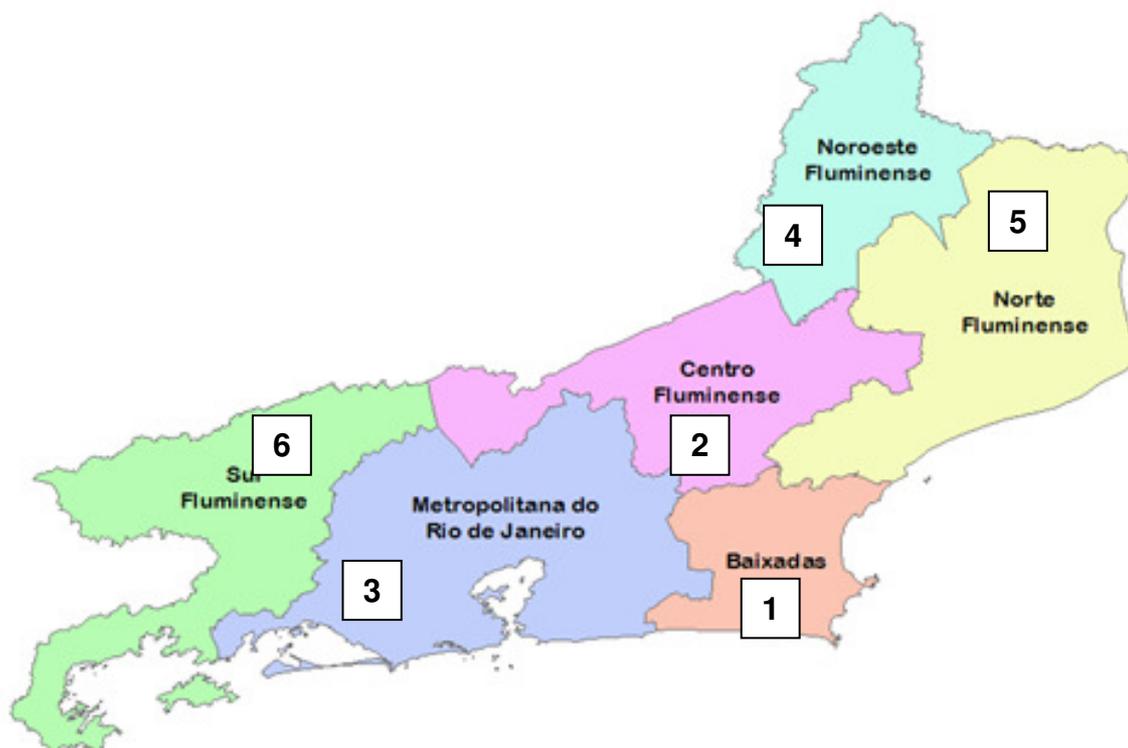
A categoria “Desenvolvimento Regional” reúne estudos sobre: impactos socioeconômicos gerados pelo recebimento de *royalties* do petróleo; dependência orçamentária às receitas petrolíferas; formação, objetivos e atuação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo da Bacia de Campos (Ompetro); transformação portuária a partir dos desafios impostos pela inserção competitiva internacional; conflitos entre empreendimento econômico e população local gerados pela implantação de complexo logístico, industrial e portuário; impactos socioeconômicos gerados pela indústria ceramista, por empresa de celulose e por empresa de mineração; impactos socioeconômicos sofridos por ex-funcionários de indústria do setor sucroalcooleiro, após seu fechamento; impactos socioeconômicos e ambientais gerados por atividades portuárias e pela implantação de complexo logístico, industrial e portuário; impactos econômicos gerados pela criação de um fundo de desenvolvimento industrial; transformações da Rede Federal de Educação Tecnológica; relação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (CEFET Campos) com o desenvolvimento socioeconômico municipal; projeto de formação profissional; fontes de financiamento no desenvolvimento regional; transformação de Bancos de Desenvolvimento em Agências de Fomento; desenvolvimento endógeno – desenvolvimento a partir dos recursos da própria região; desenvolvimento de atividade turística; modelo de economia solidária; crescimento habitacional de cidade formal e cidade informal; ciclo econômico da cana de açúcar; arranjo produtivo local do setor de rochas ornamentais; terminais urbanos e a transformação no uso do solo em seu entorno; desigualdades socioespaciais urbanas; desenvolvimento socioeconômico a partir de investimentos nas áreas de saúde e educação superior; conceito de planejamento no desenvolvimento regional; criação de rota cicloviária; e política de inclusão digital para Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

A categoria “Atividade Petroquímica” abarca análises sobre: crescimento da indústria de gás natural no Brasil e impactos econômicos e ambientais gerados pelo seu uso; impactos socioeconômicos gerados pela implantação de unidade de tratamento de gás; localização espacial da indústria petrolífera e parapetrolífera; impactos no espaço urbano – adensamento urbano e crescimento da malha urbana – gerados pela indústria petrolífera; condições de vida e de trabalho de

trabalhadores *offshore* – trabalho nas plataformas de produção de petróleo – terceirizados; e periferização durante processo de implantação de complexo petrolífero.

E, finalmente, a categoria “Outros” compreende questões sobre: assentamento rural; trabalho em marmorarias; indústria de rochas ornamentais; queimada na produção de cana de açúcar; desestatização de empresas públicas do setor de telecomunicações e de malha ferroviária; condições socioeconômicas dos moradores de favela e de condomínio residencial; política de inclusão digital; papel das cooperativas e dos cursos superiores de tecnologia no mercado de trabalho; hanseníase e tuberculose; alternativas e estratégias de sobrevivência, na entressafra, no setor sucroalcooleiro; perfil sociodemográfico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e de mulheres vítimas de violência; cultura de apropriação do público pelo privado; Comunicação Social como instrumento de desenvolvimento socioeconômico; fatores determinantes para o desempenho de alunos de escolas públicas municipais; influência da atividade turística na distribuição de renda; conjunto arquitetônico urbano; estratégias de gestão territorial implantadas por empresa de mineração e metalurgia; e expansão empresarial a partir dos financiamentos de longo prazo às grandes empresas privadas nacionais do BNDES.

A seguir, a Figura 1 apresentará o mapa do Estado do Rio de Janeiro, a partir de suas mesorregiões.



**Figura 1:** Mapa do Rio de Janeiro: Mesorregiões  
 Fonte: IBGE (2014).

O Estado do Rio de Janeiro é dividido em seis mesorregiões: Baixadas, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Sul Fluminense. E, abaixo, o Quadro 1c apresentará a localização espacial das dissertações analisadas – que estão resumidas na seção “APÊNDICE 1: Sínteses das Dissertações Produzidas pelo Programa da UCAM”. O referido quadro indicará, ainda, o número de dissertações que corresponde a cada uma das mesorregiões do Estado.

Mesorregião	Localização	Nº Dissertações
1. Baixadas	- Município de Armação de Búzios - Município de Rio das Ostras	2
2. Centro Fluminense	- Município de Nova Friburgo	1
3. Metropolitana do Rio de Janeiro	- Município de Niterói	1
4. Noroeste Fluminense	- Bacia do Rio Itabapoana - Bacia do Rio Paraíba do Sul - Município de Itaperuna - Município de Santo Antônio de Pádua	10
5. Norte Fluminense	- Bacia do Rio Paraíba do Sul - Bacia Hidrográfica do Rio Macaé - Bairro Horto (Campos dos Goytacazes) - Bairro Jardim Flamboyant (Campos dos Goytacazes) - Bairro Maria de Queiroz (Campos dos Goytacazes)	74

	Goytacazes) - Bairro Parque Tamandaré (Campos dos Goytacazes) - Bairro Pelinca (Campos dos Goytacazes) - Balneário de Atafona (São João da Barra) - Distrito de Santa Cruz (Campos dos Goytacazes) - Distrito de Travessão de Campos (Campos dos Goytacazes) - Distrito de Três Vendas (Campos dos Goytacazes) - Município de Campos dos Goytacazes - Município de Carapebus - Município de Conceição de Macabu - Município de Macaé - Município de Quissamã - Município de São João da Barra	
6. Sul Fluminense	- Bacia do Rio Paraíba do Sul	1
		TOTAL: 86 <sup>1</sup>

**Quadro 6:** Localização Espacial das Dissertações Defendidas: PMPPRG –Campos dos Goytacazes/RJ

Do total de cento e vinte e cinco dissertações defendidas pelo Programa, até dezembro de 2012, oitenta e seis – que representam 69% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa as mesorregiões do Estado. Vale ressaltar, que dessas oitenta e seis dissertações, três englobaram duas mesorregiões ao mesmo tempo e, portanto, foram quantificadas duas vezes no Quadro 1c. As mesorregiões “Centro Fluminense”, “Metropolitana do Rio de Janeiro” e “Sul Fluminense” foram foco de uma pesquisa cada uma e as mesorregiões “Baixadas”, “Noroeste Fluminense” e “Norte Fluminense” foram objetos de estudo de duas, dez e setenta e quatro pesquisas, respectivamente.

Além disso, uma dissertação – que representa 0,8% dos trabalhos produzidos – teve como foco de pesquisa o Estado do Rio de Janeiro como um todo e, dessa forma, não consta no quadro acima. Trinta dissertações – que representam 24% dos trabalhos produzidos – abordaram questões pertinentes a outros locais (fora do Estado do Rio de Janeiro) e oito dissertações – que representam 6% dos trabalhos produzidos – não especificaram, em seus resumos, a localização espacial de suas pesquisas.

Após o levantamento do perfil das dissertações, foi possível verificar que todas as mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro foram objetos de estudo da

<sup>1</sup> Três dissertações englobaram duas mesorregiões ao mesmo tempo, logo, foram quantificadas duas vezes no Quadro 1c.

produção vinculada ao Programa e analisada por esta pesquisa. Por fim, um dado relevante merece destaque, o número de dissertações defendidas pelo Programa cujo recorte espacial aborda, especificamente, o município de Campos dos Goytacazes. Das cento e vinte e cinco dissertações concluídas, até dezembro de 2012, cinquenta e duas – que representam 42% dos trabalhos produzidos – tiveram o município como objeto de pesquisa. Dessa forma, o Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades atende, perfeitamente, aos critérios de inserção social definidos pela CAPES, na medida em que a maior parte de sua produção científica se refere às mesorregiões do Estado.

#### **4.2: PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PMPDR): GOIÂNIA/GO**

Homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2007, o Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, oferecido pela Faculdade Alves Faria (ALFA), produziu sua primeira dissertação em 2009 e em dezembro de 2012 o programa já havia concluído e defendido quarenta e seis dissertações. O capítulo anterior apresentou o levantamento quantitativo, por meio do Quadro 2a, das dissertações produzidas pelo programa e, a seguir, será apresentado o levantamento do perfil, por meio do Quadro 2b, e a análise dessa produção.

Após a análise e o levantamento do perfil das dissertações, foram destacadas as categorias “Gestão Estratégica” – responsável pela produção de dezoito dissertações, que representam 39% dos trabalhos produzidos; “Desenvolvimento Regional” – com a produção de onze dissertações, representando 24% dos trabalhos produzidos; “Atividade Agrícola” – com a produção de cinco dissertações, representando 11% dos trabalhos produzidos; e os demais 26% referem-se à categoria “Outros”.

		CATEGORIAS							
		Gestão Estratégica		Desenvolvimento Regional		Atividade Agrícola		Outros	
DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS	001					X			
	002					X			
	003							X	
	004			X					
	005	X							
	006			X					
	007			X					
	008	X							
	009								X
	010								X
	011	X							
	012								X
	013			X					
	014			X					
	015			X					
	016	X							
	017						X		
	018			X					
	019	X							
	020	X							
	021	X							
	022	X							
	023						X		
	024						X		
	025								X
	026			X					
	027								X
	028	X							
	029	X							
	030	X							
	031	X							
	032	X							
	033								X
	034	X							
	035								X
	036								X
	037	X							
	038	X							
	039			X					
	040			X					
	041			X					
	042	X							
	043								X
	044								X
	045								X
	046	X							
<b>TOTAL</b>		18	39%	11	24%	5	11%	12	26%
46	100%								

**Quadro 7:** Dissertações Defendidas por Categoria: PMPDR- Goiânia/GO

Fonte: Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://www.alfa.br/mestrado>>. Acesso em: 22 jan 2013.

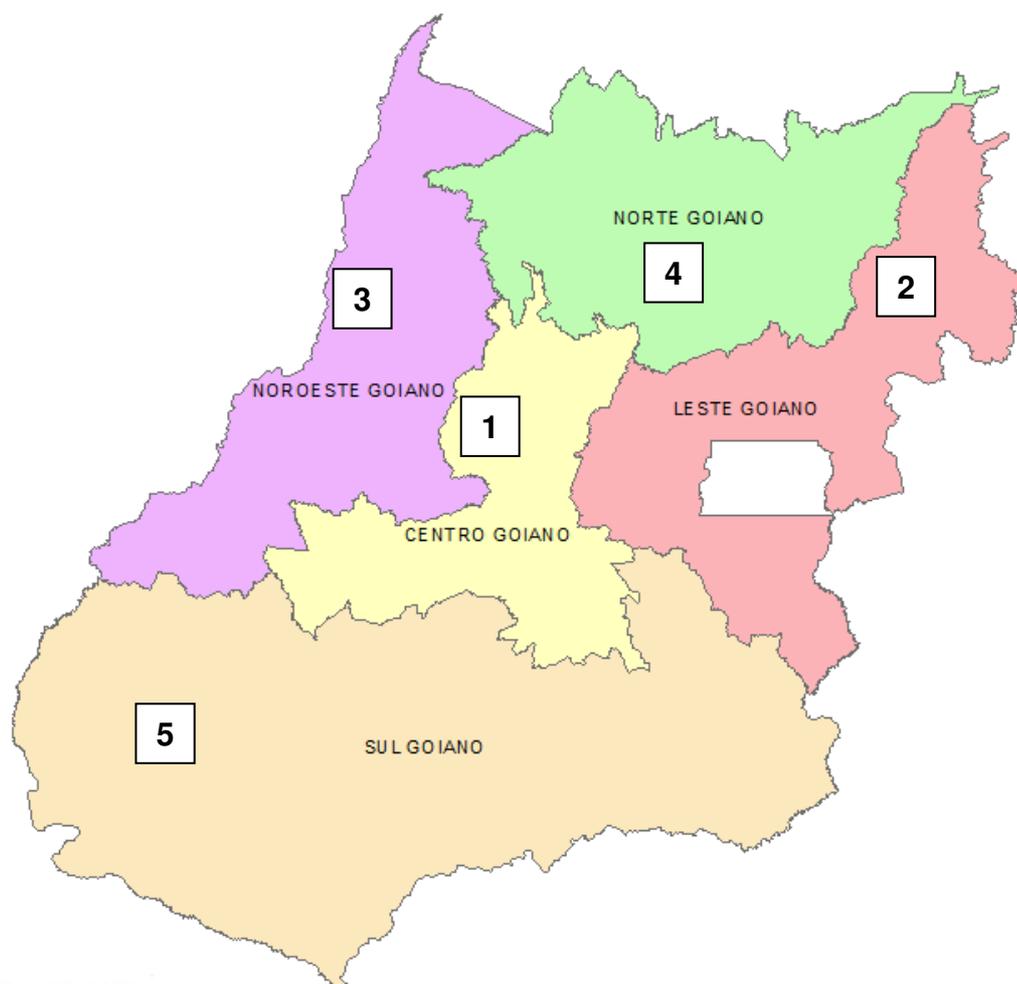
A categoria “Gestão Estratégica” engloba pesquisas sobre: perfil de competências de gestores em ambientes de negócios; modelos de avaliação econômica aplicáveis em projetos de saneamento básico; influência das variáveis na composição do clima organizacional; utilização do *Balanced ScoreCard* – modelo de gestão estratégica – na gestão ambiental; utilização do conceito de sustentabilidade como ferramenta de gestão em empreendimentos sucroalcooleiros; utilização de sistemas de informação na gestão hospitalar; aliança estratégica horizontal, em logística de distribuição, entre empresas multinacionais participantes do Sistema Agroindustrial (SAG) da soja; utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG) no combate a dengue; gestão de micro e pequenas empresas, a partir do grau de sistematização e da utilização de ferramentas administrativas; implantação de plataforma logística multimodal; modelos de gestão de riscos aplicados a projetos de desenvolvimento de *software*; implantação de plano de gerenciamento de resíduo hospitalar, como ferramenta de educação ambiental; utilização do *marketing* no arranjo produtivo local do açafreão; práticas e desafios enfrentados pela indústria moveleira na implantação da gestão socioambiental empresarial; gestão empresarial desenvolvida nas empresas e os fatores influenciadores para a não sobrevivência dos empreendimentos; Liderança Situacional – relação entre o estilo de liderança e o nível de desenvolvimento dos liderados – desenvolvida em uma empresa familiar; funcionamento do sistema tecnológico de gestão do transporte coletivo; e utilização do *marketing* digital, por meio das redes e mídias sociais, em organizações jornalísticas.

A categoria “Desenvolvimento Regional” reúne estudos sobre: impactos socioeconômicos gerados pelo turismo; impactos econômicos gerados pelas micro e pequenas empresas do segmento de serviços; impactos socioeconômicos gerados pela industrialização; Política Mineral vigente e os fatores que influenciam a implantação de políticas públicas de estímulo à industrialização das reservas minerais; processo de industrialização brasileiro e indústrias apoiadas por programas de incentivo à industrialização; impactos socioeconômicos e culturais gerados pela presença de instituição financeira bancária; implantação de políticas públicas para a interiorização e expansão do ensino superior; desenvolvimento de políticas potencializadoras do comércio exterior; desenvolvimento econômico, a partir do crescimento agroindustrial; perfil de micro e pequenas indústrias participantes de atividades com ênfase em inovação.

A categoria “Atividade Agrícola” abarca análises sobre: fatores responsáveis pela competitividade na cadeia de produção de cana de açúcar; funcionamento do Sistema de Informação e Conhecimento de Tecnologia Agrícola no desenvolvimento de diferentes segmentos agrícolas da cadeia de produção de arroz; utilização de inovações tecnológicas no processo de modernização das estruturas agrícolas; rentabilidade das culturas de soja, milho, sorgo e cana de açúcar e o processo de competição entre elas pelo uso da terra; e competitividade da agroindústria arrozeira.

E, finalmente, a categoria “Outros” compreende questões sobre: situação dos idosos no Brasil após a aprovação do Estatuto do Idoso; implantação do ICMS Ecológico – instrumento jurídico aplicável à gestão municipal sustentável; aspectos relacionados à profissão de fisioterapeuta; metodologia desenvolvida para a elaboração de políticas públicas de saúde; elaboração de Plano Diretor; fatores determinantes para a evasão escolar no ensino superior; gestão ambiental urbana; preferências de consumo de arroz parboilizado; zoneamento como instrumento de planejamento urbano; políticas públicas de apoio às famílias impactadas por crise mineradora; políticas públicas de inclusão digital; e qualidade dos gastos públicos em educação e saúde.

A seguir, a Figura 2 apresentará o mapa do Estado de Goiás, a partir de suas mesorregiões.



**Figura 2:** Mapa de Goiás: Mesorregiões  
Fonte: IBGE (2014b)

O Estado de Goiás é dividido em cinco mesorregiões: Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste Goiano, Norte Goiano e Sul Goiano. E, abaixo, o Quadro 2c apresentará a localização espacial das dissertações analisadas – que estão resumidas na seção “APÊNDICE 2: Sínteses das Dissertações Produzidas pelo Programa da ALFA”. O referido quadro indicará, ainda, o número de dissertações que corresponde a cada uma das mesorregiões do Estado.

Mesorregião	Localização	Nº Dissertações
1. Centro Goiano	- Município de Anápolis - Município de Aparecida de Goiânia - Município de Ceres - Município de Goiânia - Região Metropolitana de Goiânia	17
4. Norte Goiano	- Cerrado Goiano - Município de Mara Rosa - Município de Santa Terezinha de Goiás	3
5. Sul Goiano	- Município de Caldas Novas - Município de Itumbiara - Município de Jataí - Município de Mineiros - Município de Rio Verde - Sudoeste de Goiás	11
		TOTAL: 31

**Quadro 8:** Localização Espacial das Dissertações Defendidas: PMPDR- Goiânia/GO

Do total de quarenta e seis dissertações defendidas pelo Programa, até dezembro de 2012, trinta e uma – que representam 67% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa as mesorregiões do Estado. As mesorregiões “Centro Goiano”, “Norte Goiano” e “Sul Goiano” foram objetos de estudo de dezessete, três e onze pesquisas, respectivamente.

Além disso, oito dissertações – que representam 17% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa o Estado de Goiás como um todo e, desse modo, não constam no quadro acima. Quatro dissertações – que representam 9% dos trabalhos produzidos – abordaram questões pertinentes a outros locais (fora do Estado de Goiás) e três dissertações – que representam 7% dos trabalhos produzidos – não especificaram, em seus resumos, a localização espacial de suas pesquisas.

Após o levantamento do perfil das dissertações, foi possível verificar que três – Centro Goiano, Norte Goiano e Sul Goiano – das cinco mesorregiões do Estado de Goiás foram objetos de estudo da produção vinculada ao Programa e analisada por esta pesquisa. Por fim, um dado importante merece destaque, o número de dissertações defendidas pelo Programa cujo recorte espacial aborda, especificamente, o município de Goiânia. Das quarenta e seis dissertações concluídas, até dezembro de 2012, doze – que representam 26% dos trabalhos produzidos – tiveram o município como objeto de pesquisa. Dessa forma, o Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional atende,

perfeitamente, aos critérios de inserção social definidos pela CAPES, na medida em que a maior parte de sua produção científica se refere às mesorregiões do Estado.

#### 4.3: PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL (PMPPTDS): FLORIANÓPOLIS/SC

Homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2007, o Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, oferecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), produziu sua primeira dissertação em 2008 e em dezembro de 2012 o programa já havia concluído e defendido quarenta e duas dissertações. O capítulo anterior apresentou o levantamento quantitativo, por meio do Quadro 3a, das dissertações produzidas pelo programa e, a seguir, será apresentado o levantamento do perfil, por meio do Quadro 3b, e a análise dessa produção.

Após a análise e o levantamento do perfil das dissertações, foram destacadas as categorias “Planejamento Territorial” – responsável pela produção de nove dissertações, que representam 24% dos trabalhos produzidos; “Gestão Ambiental” – com a produção de cinco dissertações, representando 13% dos trabalhos produzidos; “Desenvolvimento Socioambiental” – com a produção de dez dissertações, representando 26% dos trabalhos produzidos; “Desastres Naturais” – com a produção de sete dissertações e representando 18% dos trabalhos produzidos; e os demais 18% referem-se à categoria “Outros”. Vale ressaltar, que quatro dissertações defendidas pelo programa não estavam disponíveis em seu *site*, portanto, só foi possível analisar trinta e oito das quarenta e duas dissertações produzidas.

		CATEGORIAS										
		Planejamento Territorial		Gestão Ambiental		Desenvolvimento Socioambiental		Desastres Naturais		Outros		
DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS	001	X										
	002			X								
	003									X		
	004					X						
	005			X								
	006									X		
	007					X						
	008					X						
	009					X						
	010							X				
	011									X		
	012				X							
	013	Dissertação Indisponível										
	014						X					
	015						X					
	016									X		
	017									X		
	018		X									
	019		X									
	020						X					
	021						X					
	022						X					
	023				X							
	024		X									
	025		X									
	026									X		
	027		X									
	028								X			
	029		X						X			
	030								X			
	031		X									
	032				X							
	033								X			
	034		X									
	035									X		
	036						X					
	037								X			
	038	Dissertação Indisponível										
	039	Dissertação Indisponível										
	040								X			
	041	Dissertação Indisponível										
	042								X			
<b>TOTAL</b>		9	24%	5	13%	10	26%	7	18%	7	18%	
38	100%											

**Quadro 9:** Dissertações Defendidas por Categoria: PMPPTDS - Florianópolis/SC

Fonte: Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Disponível em: <<http://www.faed.udesc.br/mppt>>. Acesso em: 22 jan 2013.

A categoria “Planejamento Territorial” engloba pesquisas sobre: processo de fragmentação territorial em unidades político-administrativas; planejamento territorial elaborado por instituições promotoras do desenvolvimento; territorialização em saúde para o planejamento; planejamento e gestão da restauração de áreas degradadas; modelo de planejamento territorial em áreas junto às usinas hidrelétricas; método cartográfico capaz de mapear elementos materiais de relevância arqueológica e patrimonial; planejamento territorial urbano na gestão da segurança pública; relação entre a proteção das áreas às margens das rodovias Estaduais, a segurança e mobilidade; e Zoneamento Ambiental do território a partir da compartimentação da paisagem.

A categoria “Gestão Ambiental” reúne estudos sobre: gestão – Estadual e social – de recursos hídricos; legislação ambiental vigente e ocupação e uso do solo; ocupação e uso do solo e utilização de seus recursos naturais; fragilidade ambiental; e implantação da Área de Preservação Permanente (APP) – que tem como objetivo recuperar áreas degradadas – de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH).

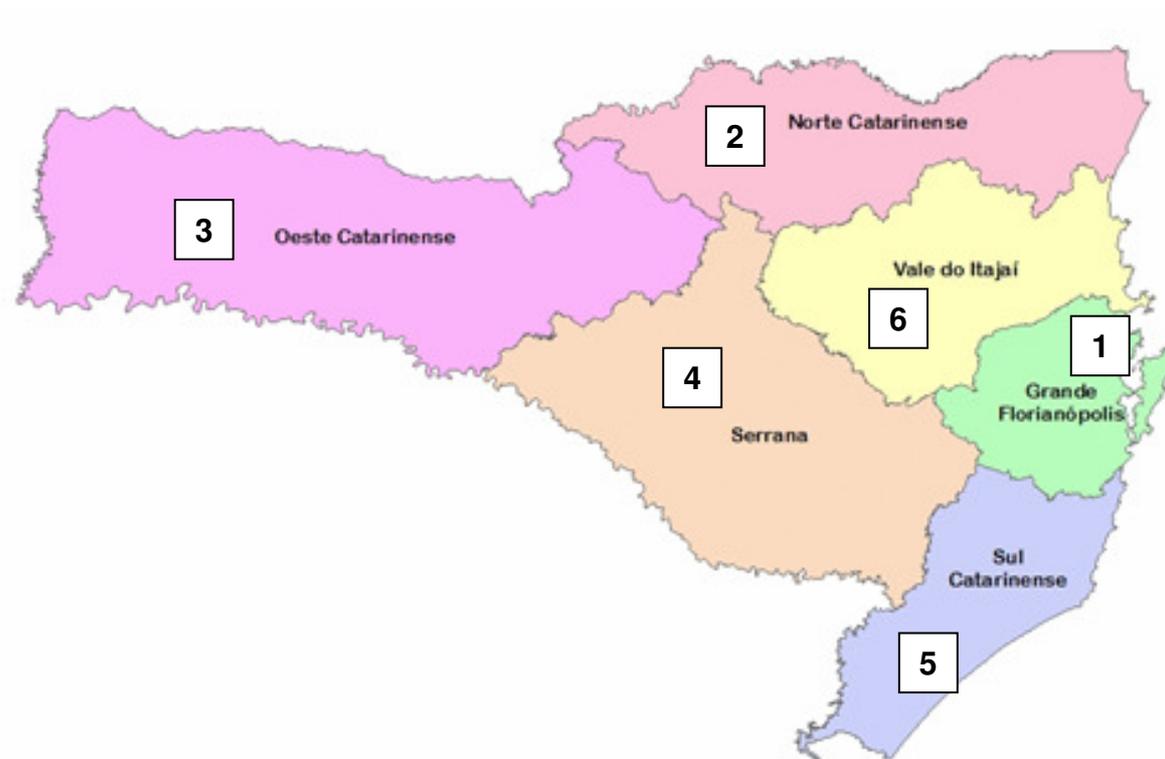
A categoria “Desenvolvimento Socioambiental” abarca análises sobre: sistema de pesca artesanal; ocupação e uso do solo e o papel da agricultura familiar na formação econômica do Estado; impactos socioambientais gerados pelo turismo; implantação de Marca Territorial; requisitos legais e técnicos exigidos para a implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH); projeto de desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar; projeto de desenvolvimento do turismo de inverno; desenvolvimento da agricultura urbana; produção de energia hidrelétrica, de forma sustentável; e programa de desenvolvimento socioambiental que utiliza o mecanismo de pagamento por serviços de redução de danos ambientais.

A categoria “Desastres Naturais” compreende questões sobre: percepção das pessoas que passaram, em suas regiões, por desastres naturais; utilização de ferramentas no combate a movimentos de massa; obras públicas que diminuam o índice de inundações junto à bacias hidrográficas; instrumentos que minimizem os efeitos das inundações junto à bacias hidrográficas; ordenamentos territoriais e sua influência na incidência de enxurradas e enchentes; criação de competências de ação na prevenção e enfrentamento de desastres ambientais; e suscetibilidade a movimentos de massa.

E, finalmente, a categoria “Outros” engloba pesquisas sobre: processo de migração e de imigração internacional e a inserção de seus atores na sociedade;

elaboração de Plano Diretor; utilização de modelo descentralizado na implantação de plano de desenvolvimento regional; dinâmica urbana, por meio do uso do espaço pelo turismo; fatores fundamentais para o despertar do turismo; e política pública de habitação.

A seguir, a Figura 3 apresentará o mapa do Estado de Santa Catarina, a partir de suas mesorregiões.



**Figura 3:** Mapa de Santa Catarina: Mesorregiões  
Fonte: IBGE (2014.d).

O Estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí. E, abaixo, o Quadro 3c apresentará a localização espacial das dissertações analisadas – que estão resumidas na seção “APÊNDICE 3: Sínteses das Dissertações Produzidas pelo Programa da UDESC”. O referido quadro indicará, ainda, o número de dissertações que corresponde a cada uma das mesorregiões do Estado.

Mesorregião	Localização	Nº Dissertações
1. Grande Florianópolis	- Bairro Ingleses (Florianópolis) - Distrito de Campeche (Florianópolis) - Município de Antônio Carlos - Município de Florianópolis - Município de Rancho Queimado - Município de São Bonifácio - Parque Estadual do Rio Vermelho (Florianópolis) - Praia do Santinho (Florianópolis) - Região do Alto Vale do Rio Tijucas	12
2. Norte Catarinense	- Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira (Joinville) - Município de Balneário Barra do Sul - Município de Joinville	4
3. Oeste Catarinense	- Município de Arvoredo - Município de Itá	2
4. Serrana	- Caminhos das Tropas (Planalto de Lages) - Município de Curitibanos - Município de São Joaquim	3
5. Sul Catarinense	- Complexo Lagunar	1
6. Vale do Itajaí	- Microbacia do Ribeirão Máximo (Luis Alves) - Município de Itajaí - Região da Costa Brava (Balneário Camboriú) - Região do Morro do Baú (Ilhota) - Sub-Bacia do Ribeirão da Velha (Blumenau) - Sub-Bacia do Rio Macacos (Camboriú)	8
		TOTAL: 30

**Quadro 10:** Localização Espacial das Dissertações Defendidas: PMPPTDS- Florianópolis/SC

Do total de trinta e oito dissertações defendidas pelo Programa, até dezembro de 2012, e disponibilizadas em seu *site*, trinta – que representam 79% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa as mesorregiões do Estado. A mesorregião “Grande Florianópolis”, “Norte Catarinense”, “Oeste Catarinense”, “Serrana”, “Sul Catarinense” e “Vale do Itajaí” foram objetos de estudo de doze, quatro, duas, três, uma e oito pesquisas, respectivamente.

Além disso, cinco dissertações – que representam 13% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa o Estado de Santa Catarina como um todo e, assim, não constam no quadro acima. Duas dissertações – que representam 5% dos trabalhos produzidos – abordaram questões pertinentes a outros locais (fora do Estado de Santa Catarina) e uma dissertação – que representa 3% dos trabalhos produzidos – não especificou, em seu resumo, a localização espacial de sua pesquisa.

Após o levantamento do perfil das dissertações, foi possível verificar que todas as mesorregiões do Estado de Santa Catarina foram objetos de estudo da produção vinculada ao Programa e analisada por esta pesquisa. Vale ressaltar, que das trinta e oito dissertações defendidas, até dezembro de 2012, pelo Programa, sete – que representam 18% dos trabalhos produzidos – tiveram o município de Florianópolis como objeto de pesquisa. Dessa forma, o Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental atende, perfeitamente, aos critérios de inserção social definidos pela CAPES, na medida em que a maior parte de sua produção científica se refere às mesorregiões do Estado.

#### 4.4: PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL (PMPPA): SALVADOR/BA

Homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2007, o Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, oferecido pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), produziu sua primeira dissertação em 2009 e em dezembro de 2012 o programa havia concluído e defendido dezenove dissertações. O capítulo anterior apresentou o levantamento quantitativo, por meio do Quadro 4a, das dissertações produzidas pelo programa e, a seguir, será apresentado o levantamento do perfil, por meio do Quadro 4b, e a análise dessa produção.

Após a análise e o levantamento do perfil das dissertações, foram destacadas as categorias “Planejamento Ambiental” – responsável pela produção de quatro dissertações, que representam 21% dos trabalhos produzidos; “Gestão Ambiental” – com a produção de nove dissertações, representando 47% dos trabalhos produzidos; “Desenvolvimento Sustentável” – com a produção de três dissertações, representando 16% dos trabalhos produzidos; e os demais 16% referem-se à categoria “Outros”.

		CATEGORIAS							
		Planejamento Ambiental		Gestão Ambiental		Desenvolvimento Sustentável		Outros	
DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS	001					X			
	002					X			
	003			X					
	004			X					
	005			X					
	006			X					
	007					X			
	008	X							
	009			X					
	010								X
	011								X
	012			X					
	013	X							
	014			X					
	015			X					
	016			X					
	017								X
	018	X							
	019	X							
<b>TOTAL</b>		4	21%	9	47%	3	16%	3	16%
19	100%								

**Quadro 11:** Dissertações Defendidas por Categoria: PMPPA - Salvador/BA

Fonte: Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental. Disponível em: <[http://www.ucesal.br/pos\\_graduacao](http://www.ucesal.br/pos_graduacao)>. Acesso em: 22 jan 2013.

A categoria “Planejamento Ambiental” engloba pesquisas sobre: uso alternativo da fibra de coco, como barreira e solvente natural, para proteção e limpeza de ambientes costeiros contaminados por petróleo; critérios definidores da competência administrativa no processo de licenciamento ambiental; planejamento agroecológico da produção agrícola de uma comunidade rural; e participação de *Stakeholders* – grupos da sociedade civil – no processo de planejamento ambiental de uma Unidade de Conservação (UC).

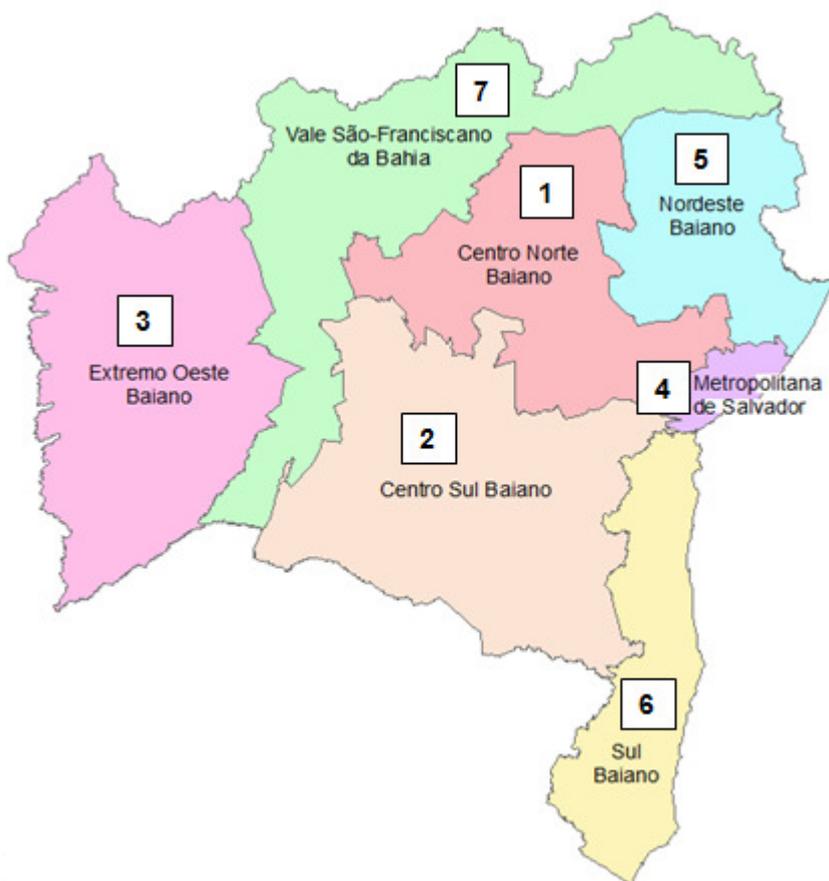
A categoria “Gestão Ambiental” reúne estudos sobre: ações implantadas pela Área de Proteção Ambiental (APA) na preservação da atividade de pesca artesanal; plantas de mangue como bioindicadoras da qualidade ambiental; atuação da Área de Proteção Ambiental (APA) como instrumento de gestão ambiental; gestão de resíduos sólidos urbanos; qualidade da água potável; atuação de sete subcomitês de bacia hidrográfica na gestão de recursos hídricos; impactos jurídico e financeiro gerados pela implantação do ICMS Ecológico – instrumento jurídico aplicável à

gestão municipal sustentável; impactos ambientais gerados pela ocupação de Áreas de Proteção Ambiental (APA); e legislação ambiental.

A categoria “Desenvolvimento Sustentável” abarca análises sobre: otimização do uso de água, em unidade de TDI, de Pólo Petroquímico; implantação de políticas públicas voltadas à produção de biodiesel; e implantação de políticas empresariais privadas, de responsabilidade socioambiental, voltadas às práticas e ações de preservação e conservação ambiental.

E, finalmente, a categoria “Outros” compreende questões sobre: incidência de leishmaniose visceral, a partir da devastação ambiental causada pelo crescimento urbano desordenado; poluição ambiental; e formas de reparação às vítimas de contaminação por chumbo.

A seguir, a Figura 4 apresentará o mapa do Estado da Bahia, a partir de suas mesorregiões.



**Figura 4:** Mapa da Bahia: Mesorregiões  
Fonte: IBGE (2014. a).

O Estado da Bahia é dividido em sete mesorregiões: Centro Norte Baiano, Centro Sul Baiano, Extremo Oeste Baiano, Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano, Sul Baiano e Vale São-Franciscano da Bahia. E, abaixo, o Quadro 4c apresentará a localização espacial das dissertações analisadas – que estão resumidas na seção “APÊNDICE 4: Sínteses das Dissertações Produzidas pelo Programa da UCSAL”. O referido quadro indicará, ainda, o número de dissertações que corresponde a cada uma das mesorregiões do Estado.

<b>Mesorregião</b>	<b>Localização</b>	<b>Nº Dissertações</b>
2. Centro Sul Baiano	- Mata do Timbó (Amargosa) - Município de Mutuípe	2
4. Metropolitana de Salvador	- Distrito de Monte Gordo (Camaçari) - Lagoas de Guarajuba (Camaçari) - Município de Camaçari - Município de Ipitanga - Município de Joanes - Município de Salvador - Município de Santo Amaro - Parque Metropolitano de Pituaçu (Salvador) - Rio Capivara (Camaçari)	7
5. Nordeste Baiano	- Rio Catu (Aramari/Alagoinhas)	1
6. Sul Baiano	- Ilha de Boipeba (Cairu) - Ilha de Tinharé (Cairu) - Município de Buerarema - Município de Ilhéus - Município de Itabuna - Município de Itacaré - Região do Baixo Sul	6
		<b>TOTAL: 16</b>

**Quadro 12:** Localização Espacial das Dissertações Defendidas: PMPPA-Salvador/BA

Do total de dezenove dissertações defendidas pelo Programa, até dezembro de 2012, dezesseis – que representam 84% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa as mesorregiões do Estado. As mesorregiões “Centro Sul Baiano”, “Metropolitana de Salvador”, “Nordeste Baiano” e “Sul Baiano” foram objetos de estudo de duas, sete, uma e seis pesquisas, respectivamente.

Além disso, uma dissertação – que representa 5% dos trabalhos produzidos – abordou questões pertinentes a outro local (fora do Estado da Bahia) e duas dissertações – que representam 11% dos trabalhos produzidos – não especificaram, em seus resumos, a localização espacial de suas pesquisas.

Após o levantamento do perfil das dissertações, foi possível verificar que quatro – Centro Sul Baiano, Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano e Sul Baiano – das sete mesorregiões do Estado da Bahia foram objetos de estudo da produção vinculada ao Programa e analisada por esta pesquisa. Vale ressaltar, que das dezenove dissertações defendidas, até dezembro de 2012, pelo Programa, duas – que representam 11% dos trabalhos produzidos – tiveram o município de Salvador como objeto de pesquisa. Dessa forma, o Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental atende, perfeitamente, aos critérios de inserção social definidos pela CAPES, na medida em que a maior parte de sua produção científica se refere às mesorregiões do Estado.

É importante ressaltar, que foram avaliadas, comparativamente, as informações – objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular – disponibilizadas nos *sites* dos programas selecionados – apresentadas no segundo capítulo – e o resultado do levantamento do perfil das dissertações. E foi possível constatar que as dissertações em questão se mostram coerentes com as características dos cursos analisados, ou seja, o que está sendo proposto pelos programas se reflete em sua produção.

Finalmente, após a elaboração do perfil socioeconômico das regiões onde os programas estão inseridos, do perfil e da localização espacial das dissertações, foi possível determinar que todos os quatro programas de mestrado profissionais selecionados para esta pesquisa têm aderência com os critérios de inserção social estabelecida pela CAPES, por meio de sua produção científica, na medida em que esta tem valor e utilidade potenciais como ferramenta de estímulo ao desenvolvimento de suas respectivas regiões.

## **5: CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Historicamente, o estudo do planejamento, no Brasil, teve uma forte influência das disciplinas da área de arquitetura e urbanismo e dava grande ênfase à análise das dinâmicas urbanas e metropolitanas, deixando uma importante lacuna no que se refere ao entendimento das questões regionais. Em um país com as dimensões e particularidades do Brasil, o estudo das questões regionais se mostra ainda mais importante. Devido à sua vasta dimensão geográfica, à variedade de climas e relevos e, ainda, às diferenças demográficas entre cada região, o Brasil não pode ser resumido às suas grandes regiões metropolitanas. Para a elaboração de uma análise precisa sobre os problemas e os potenciais de um país com tal diversidade regional é imprescindível que suas regiões sejam objeto de estudo, na medida em que a síntese de tais estudos seria capaz de fornecer um diagnóstico mais realista e detalhado sobre o país.

Após o levantamento quantitativo da produção dos programas selecionados, verificou-se que o programa presente no município de Campos dos Goytacazes/RJ, região Sudeste, produziu em dez anos de funcionamento – de 2003 à dezembro de 2012 – um total de cento e vinte e cinco dissertações; o programa presente no município de Goiânia/GO, região Centro Oeste, produziu em quatro anos de funcionamento – de 2009 à dezembro de 2012 – um total de quarenta e seis dissertações; o programa presente no município de Florianópolis/SC, região Sul, produziu em cinco anos de funcionamento – de 2008 à dezembro de 2012 – um total de quarenta e duas dissertações; e o programa presente no município de Salvador/BA, região Nordeste do país, produziu em quatro anos de funcionamento – de 2009 à dezembro de 2012 – um total de dezenove dissertações.

Além do levantamento quantitativo, esta pesquisa apresentou o levantamento do perfil – a partir da leitura técnica e da síntese; e da classificação – dessa produção. O programa oferecido pela UCAM, em Campos dos Goytacazes, se propôs a tratar, segundo as informações apresentadas em seu *site*, de questões sobre desenvolvimento regional e gestão de cidades. Após o levantamento do perfil de sua produção, verificou-se que as dissertações produzidas pelo programa englobam pesquisas sobre desenvolvimento regional e gestão de cidades, além de atividade petroquímica e temas variados, ou seja, o que está sendo proposto pelo programa se reflete em sua produção. Além disso, todas as mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro foram objeto de estudo da produção vinculada ao programa.

O programa oferecido pela ALFA, em Goiânia, se propôs a tratar, segundo as informações apresentadas em seu *site*, de questões sobre desenvolvimento regional e gestão estratégica. Após o levantamento do perfil de sua produção, verificou-se que as dissertações produzidas pelo programa reúnem estudos sobre desenvolvimento regional e gestão estratégica, além de atividade agrícola e temas variados, logo, o que está sendo proposto pelo programa se reflete em sua produção. Além disso, três, das cinco mesorregiões do Estado de Goiás foram objeto de estudo da produção vinculada ao programa.

O programa oferecido pela UDESC, em Florianópolis, se propôs a tratar, segundo as informações apresentadas em seu *site*, de questões sobre planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental. Após o levantamento do perfil de sua produção, foi verificado que as dissertações produzidas pelo programa abarcam análises sobre planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental, além de gestão ambiental, desastres naturais e temas variados, assim, o que está sendo proposto pelo programa se reflete em sua produção. Além disso, todas as mesorregiões do Estado de Santa Catarina foram objeto de estudo da produção vinculada ao programa.

E o programa oferecido pela UCSAL, em Salvador, se propôs a tratar, segundo as informações apresentadas em seu *site*, de questões sobre planejamento ambiental e desenvolvimento sustentável. Após o levantamento do perfil de sua produção, verificou-se que as dissertações produzidas pelo programa compreendem questões sobre planejamento ambiental e desenvolvimento sustentável, além de gestão ambiental e temas variados, portanto, o que está sendo proposto pelo

programa se reflete em sua produção. Além disso, quatro, das sete mesorregiões do Estado da Bahia foram objeto de estudo da produção vinculada ao programa.

Espera-se que as informações e análises contidas no presente trabalho possam contribuir, efetivamente, para o entendimento e a adequação de algumas dinâmicas empregadas na gestão pública – especialmente, a municipal – e corrigir os equívocos que ela, não poucas vezes, evidencia e que, possivelmente, na maior parte das vezes, são gerados pela desinformação do que lhe deve servir de parâmetro, em suas práticas.

Mesmo estando claro que a produção dos programas analisados estará à disposição dos gestores públicos, como recursos da ciência e do conhecimento, não é possível afirmar que estes recorrerão a ela, na medida em que não se trata de uma decisão acadêmica ou profissional, mas de uma decisão de caráter, essencialmente, político. Entretanto, é possível afirmar que o propósito desta pesquisa estará plenamente alcançado se for considerado que seu objetivo seria o de analisar e disponibilizar, para consultas e estudos futuros, as informações científicas produzidas pelos mestrados profissionais da área de Planejamento Urbano e Regional. E vale ressaltar, que os levantamentos elaborados a partir da metodologia adotada – leitura técnica e síntese, seguidas da respectiva classificação – facilitam o acesso e a compreensão das informações geradas por esses programas, já que correspondem a uma compilação das mesmas.

Mas não se pode, dentro da realidade pesquisada e sem que isso se constitua em qualquer forma de depreciação aos demais, deixar de destacar o fato de que o programa oferecido pela UCAM merece relevância, quando comparado aos demais. Não só por ter sido o primeiro programa de mestrado profissional, da área de Planejamento Urbano e Regional, homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), como, também e principalmente, pelo número de pesquisas já realizadas.

Mesmo considerando que, normalmente, nos dois primeiros anos de funcionamento não são produzidas dissertações, a média anual de produção do curso da UCAM é superior às demais. Em doze anos de funcionamento e, portanto, dez anos de produção, o Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, oferecido pela UCAM, produziu, em média, 12.5 dissertações por ano. Com seis anos de funcionamento, logo, quatro anos de produção, o Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional,

oferecido pela ALFA e o Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, oferecido pela UCSal, produziram, em média, 11.5 e 4.8 dissertações por ano, respectivamente. Por fim, também com seis anos de funcionamento, mas com cinco anos de produção, o Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, oferecido pela UDESC, produziu, em média, 8.4 dissertações por ano.

E embora o coeficiente de produção do curso da UCSAL seja considerado baixo, quando comparado aos demais, foi possível concluir que os quatro programas de mestrado profissional, da área de Planejamento Urbano e Regional, selecionados para esta pesquisa têm aderência, por meio de suas dissertações, com os critérios de inserção social estabelecida pela CAPES, na medida em que esses cursos contribuem, por meio de sua produção científica, para o conhecimento das regiões em que se localizam. Portanto e uma vez mais, essas dissertações podem ser consideradas recursos da ciência e do conhecimento para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social.

A aproximação entre a gestão pública e a academia deveria ser uma preocupação de ambas as partes, na medida em que isso ensejaria um encontro, mais que desejável, entre a busca do aprimoramento na gestão de cidades – com o conseqüente desenvolvimento regional – e uma produção científica com melhor foco e direcionamento, no que se refere à administração pública e o que é, afinal de contas, o mais alinhado modo de cooperação entre a universidade e os interesses da sociedade.

É preciso estabelecer uma relação mais estreita e dinâmica entre os saberes produzidos na academia e as demandas postas sobre a administração pública. Assim, será possível contribuir para a melhoria do processo administrativo, além de ampliar e aprofundar a aderência e a inserção social da informação científica produzida na academia, na medida em que esta seja disponibilizada e apropriada pela administração pública, em especial no âmbito municipal. E, desta forma, o conhecimento científico será transformado em um instrumento cotidiano a serviço do bem público e do desenvolvimento regional.

## 6: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO. Aldo de Albuquerque. A Condição da Informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

**BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO**. Campos dos Goytacazes: Universidade Candido Mendes. Disponível em: <<http://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 10 set. 2013.

BRASIL. Decreto Nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de jul. 1951. p. 10425. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria Normativa Nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de dez. 2009. Seção 1, p. 20. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Port-MEC-17-2009-mestrado-profissional.pdf>>.

CASTRO, Cláudio Moura. A Hora do Mestrado Profissional. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 16-23, 2005.

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. A Brisa dos Anos 50: a origem da Capes. **Infocapes**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 9-20, abr./jun. 1996.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis; WEITZEL, Simone da Rocha. **A Biblioteca: o técnico e suas tarefas**. 2.ed. São Paulo: Intertexto, 2009.

CRUZ, José Luis Vianna da. A Retomada do Crescimento Brasileiro e a Reestruturação do Espaço Regional no Norte do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 14, n. Especial 1, p. 31-61, 2012.

\_\_\_\_\_. Os Desafios do Norte e Noroeste Fluminense Frente aos Grandes Projetos Estratégicos. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 9, n. 1/3, jan./dez. 2007.

ESTEVAM, Luis Antônio. **O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 1997. 203 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FACULDADE ALVES FARIA (ALFA). **Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<http://www.alfa.br/mestrado>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

FERREIRA, Débora. **Sistema de Informações Geográficas Participativo (SIG-P) na Prevenção de Desastres Ambientais: estudo de caso do Morro do Baú em Ilhota/SC**. 2012. 170 f. (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FLORIANÓPOLIS (MUNICÍPIO). Prefeitura. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em: 25 set. 2013.

FREIRE, Isa Maria; SOUZA, Alexandre Pereira. Revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia – PBCIB: um mapeamento temático da produção científica à luz da análise de conteúdo. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 110-128, jul./dez. 2010.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Cursos Recomendados e Reconhecidos**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Documento de Área 2009**. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/PLANURB\\_23un10.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/PLANURB_23un10.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 47, de 17 de outubro de 1995. **RBPG**: Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 147-148, jul. 2005. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/87/83>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 80, de 16 de dezembro de 1998. **RBPG**: Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 149-150, jul. 2005. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/88/84>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

HADDAD, Marcos Bittar. **Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília**: estruturação, interrupção e retomada das políticas públicas. 2011. 138 f. (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Cidades**: Goiás: Goiânia. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232P4>>. Acesso em: 15 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Cidades**: Rio de Janeiro: Campos dos Goytacazes. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/234u3>>. Acesso em: 20 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Cidades**: Santa Catarina: Florianópolis. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/233vo>>. Acesso em: 17 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Cidades**: Bahia: Salvador: . Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232mw>>. Acesso em: 11 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Bahia**: mesorregiões. Baixar Mapas. Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-bahia-mesorregioes/>>. Acesso em: 13 jun. 2014a.

\_\_\_\_\_. **Mapa de Goiás**: mesorregiões. Baixar Mapas. Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-goias-mesorregioes/>>. Acesso em: 13 jun. 2014b.

\_\_\_\_\_. **Mapa do Rio de Janeiro:** mesorregiões. Baixar Mapas. Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-do-rio-de-janeiro-dividido-em-mesorregioes/>>. Acesso em: 13 jun. 2014c.

\_\_\_\_\_. **Mapa de Santa Catarina:** mesorregiões. Baixar Mapas. Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-santa-catarina-mesorregioes/>>. Acesso em: 13 jun. 2014d.

MATTOS, Pedro Lincoln. Dissertações Não-Acadêmicas em Mestrados Profissionais: isso é possível? **RAC: Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 153-171, maio/ago. 1997. Acesso em: 23 set. 2013e.

MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de. Reavaliando os Principais Problemas de Salvador. **Cadernos de Geociências**, Salvador, BA, n. 5, p. 1-8, 1996.

NEGRET, Fernando. A Identidade e a Importância dos Mestrados Profissionais no Brasil e Algumas Considerações para a sua Avaliação. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 5, n. 10, p. 217-225, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Dinâmica Regional Urbana, Condições de Vida e Desigualdades no Centro-Oeste do Brasil. **RdE: Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, v. 14, n. 26, p. 111-123, dez. 2012.

NEGRET, Fernando; NUNES, Heliane Prudente; BONTEMPO, Paulo Cesar. O Compromisso e Desafio da Inserção Social e da Aplicabilidade da Produção Intelectual dos Mestrados Profissionais. **RBDP: Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, PR, v. 1, n. 1, p. 13-22, jul./dez. 2012.

PÁDUA, Andréia Aparecida Silva de. **Migração, Expansão Demográfica e Desenvolvimento Econômico em Goiás**. 2008. 113 f. (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da Ciência da Informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2004.

PIQUET, Rosélia. Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. **RDE: Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, v. 6, n. 9, p. 27-35, jan. 2004.

\_\_\_\_\_; LEAL, José Agostinho Anachoreta; TERRA, Denise Cunha Tavares. Mestrado Profissional: proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação: o caso do planejamento regional e urbano. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 30-37, jul. 2005.

\_\_\_\_\_; VILANI, Rodrigo Machado. O Papel dos Mestrados Profissionais na Área de Planejamento Urbano e Regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 95-106, maio 2013.

RIBEIRO, Renato Janine. O Mestrado Profissional na Política Atual da Capes. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005.

RIOS, Ricardo Bahia; MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de. O Porto de Salvador, a Cidade e a Região. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. Especial EGAL, p. 1-11, jul./dez. 2011.

ROCHA, Isa de Oliveira; VIDAL, Leandro Moraes; GUTERRES, Cassio Donadel. Análise da Infra-Estrutura Logística das Indústrias Exportadoras de Grande Porte de Santa Catarina. **G&DR: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 7, n. 3, p. 52-75, set./dez. 2011.

SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes dos; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. A Abordagem Teórica de A. I. Mikhailov Sobre o Termo Informação Científica. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 27-45, jan./jun. 2010.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES (UCAM). **Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL). **Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental**. Disponível em: <<http://www.ucsal.br/pos-graduacao/stricto-sensu/planejamento-ambiental>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC). **Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental**. Disponível em: <<http://www.faed.udesc.br/mppt>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

XAVIER, Rodolfo Coutinho Moreira; COSTA, Rubenildo Oliveira da. Relações Mútuas Entre Informação e Conhecimento: o mesmo conceito? **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39 n. 2, p.75-83, maio/ago. 2010.

## **APÊNDICE 1: SÍNTESES DAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELO PROGRAMA DA UCAM**

### **A.1.1: GESTÃO DE CIDADES:**

- 001: analisa o processo de elaboração do Plano Estratégico da Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ (PEC) e os motivos de sua interrupção.
- 010: analisa o Programa de Capacitação Profissional e Geração de Trabalho e Renda, implantado no município de Quissamã/RJ.
- 011: analisa as políticas de prevenção e controle da dengue, implantadas no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 012: analisa a implantação do Plano Diretor de Regionalização da Saúde no Estado do Rio de Janeiro no Hospital Ferreira Machado, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 014: analisa indicadores socioeconômicos sobre a municipalização do setor de habitação, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 018: analisa a aplicabilidade de instrumentos jurídicos e urbanísticos – Constituição Federal de 1988, Lei 10.257/01, Estatuto da Cidade, Plano Diretor, IPTU Progressivo no tempo – em vazios urbanos, com o objetivo de fazer valer a função social da propriedade, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 019: analisa as alterações ocorridas na malha urbana, em função de um processo de erosão marinha, seus impactos socioambientais e o Plano Urbanístico elaborado para o Balneário de Atafona, no município de São João da Barra/RJ.
- 021: analisa a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no setor canavieiro dos distritos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

- 022: analisa a implantação do Plano Urbanístico, em diferentes momentos históricos, nos bairros Maria de Queiroz, Parque Tamandaré e Jardim Flamboyant, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 024: analisa a gestão de resíduos hospitalares no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 026: analisa a gestão de saneamento ambiental no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 027: analisa o loteamento Terra Prometida, implantado no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 028: analisa os impactos socioeconômicos e ambientais gerados pela indústria petrolífera na estrutura fundiária do município de Macaé/RJ e propõe a harmonização de instrumentos urbanísticos e ambientais, com o objetivo de minimizar seus efeitos, no município de Carapebus/RJ.
- 033: analisa o papel dos subsídios públicos municipais no ensino superior privado, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 035: analisa a municipalização do setor de habitação, no município de Vitória/ES.
- 036: analisa a gestão de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.
- 040: analisa os centros de convivência para a terceira idade, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 042: analisa a relação entre o uso do solo e a gestão do sistema viário, no município de Vitória/ES.
- 047: analisa a acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD) e com dificuldade de locomoção (PDL) aos bens e serviços – rede viária, transporte público coletivo e trânsito – do centro urbano, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 048: analisa o distanciamento entre o discurso e a prática na gestão de resíduos sólidos, nos municípios que compõem a Bacia do Rio Guandu/ES.
- 050: analisa a gestão participativa no município de Muriaé/MG.
- 051: analisa a implantação do instrumento jurídico e urbanístico Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, com o objetivo de fazer valer a função social da propriedade urbana e da cidade, nos municípios de Niterói/RJ e São Paulo/SP.
- 054: analisa os impasses que envolvem a revitalização do centro histórico, considerando a dinâmica econômica existente e as potencialidades de seu uso, do município de Campos dos Goytacazes/RJ.

- 056: analisa a influência das ações da defesa civil na elaboração de políticas municipais que gerem qualidade de vida e proteção social, nos municípios de Aracruz e Serra/ES.
- 059: analisa a gestão metropolitana da Região Metropolitana da Grande Vitória/ES.
- 060: analisa o papel do terceiro setor – representado pela ONG Pró-Moradia – na elaboração de políticas de habitação, no município de Muriaé/MG.
- 061: analisa o indicador intramunicipal Índice Sintético de Qualidade de Vida de Campos dos Goytacazes.
- 063: analisa a colaboração dos portais municipais na Internet na gestão participativa, da Região Metropolitana da Grande Vitória/ES.
- 068: analisa a intervenção do poder público municipal no processo de produção social do espaço urbano, que deixou de ser subordinada aos interesses da Usiminas, no município de Ipatinga/MG.
- 070: analisa a participação da comunidade, por meio do Conselho Comunitário de Segurança, no combate à violência e na aplicação das proposições do Plano Nacional de Segurança Pública, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 072: analisa a gestão participativa, a partir das atividades de comunicação e relações públicas, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 077: elabora um Indicador de Sustentabilidade Ambiental Municipal, com o objetivo de colaborar com o desenvolvimento sustentável dos municípios da Região Norte Fluminense/RJ, que compõem a Bacia do Rio Paraíba do Sul.
- 079: analisa os impactos na mobilidade urbana, a partir da expansão urbana e da ocupação e uso do solo, no bairro Pelinca, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 080: analisa o instrumento jurídico e urbanístico, que possibilita a regularização fundiária, Usucapião Especial Coletivo Urbano.
- 081: analisa três Planos Diretores – apresentados em 1984, 1994 e 2006 – do município de Vitória/ES.
- 082: analisa os impactos sociais gerados pela gestão dos recursos públicos, por meio do Orçamento Participativo (OP), no município de Serra/ES.
- 083: analisa as Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), estabelecidas pelo Plano Diretor e com o objetivo de fazer valer o direito à moradia e a função social da propriedade, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

- 084: analisa o impacto gerado pelo convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e os hospitais filantrópicos no número de internações nessas instituições, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 085: analisa a relação entre a gestão dos recursos públicos e o combate às desigualdades socioespaciais, no município de Vitória/ES.
- 088: analisa a acessibilidade para pacientes com câncer de mama ao serviço público de saúde, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 089: analisa a gestão de resíduos sólidos no município de Muriaé/MG.
- 090: analisa a carência de planejamento de políticas públicas municipais de habitação, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 092: analisa a implantação, como política pública, da Política de Assistência Social, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 093: analisa a gestão do sistema municipal de educação, no município de Castelo/ES.
- 095: analisa o potencial necessário de infraestrutura para suportar as transformações do antigo bairro Pelinca, que vem se adensando e verticalizando rapidamente, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 098: analisa o impacto do volume de recursos investidos em infraestrutura urbana, entre 2003 e 2007, nas eleições municipais de 2008, no município de Itaperuna/RJ.
- 099: analisa o perfil sociodemográfico e comportamental de adolescentes grávidas, atendidas no Hospital dos Plantadores de Cana (HPC) e no Centro de Referência e Tratamento da Criança e do Adolescente (CRTCA), do município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 101: elabora um Manual de Intervenções em Praças Públicas, com o objetivo de colaborar com a gestão municipal na captação de recursos e incentivos para a implantação de projetos de praças públicas.
- 103: analisa o Projeto de Urbanização Integrada no Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães – projeto de habitação, desenvolvido por meio de parceria entre os poderes municipal e federal e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – implantado no município de Vila Velha/ES.
- 106: analisa o Plano Municipal de Educação do município de Itaperuna/RJ.
- 107: analisa o Pacto pela Saúde – política pública para a área de saúde – implantado no município de Quissamã/RJ.

- 108: analisa a gestão do patrimônio arquitetônico no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 109: analisa as políticas públicas de cultura do município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 112: analisa a oferta de cursos pela Educação Profissional Técnica, para o nível médio, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 113: analisa a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes, no centro urbano do município de Macaé/RJ.
- 114: analisa a gestão do turismo no município de Itaperuna/RJ.

#### A.1.2: DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

- 002: analisa as origens históricas e as transformações ocorridas nas instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Tecnológica.
- 003: analisa o processo de transformação dos Bancos de Desenvolvimento em Agências de Fomento e considera as possibilidades de desenvolvimento econômico, a partir da criação de uma agência de fomento, da Região Norte Fluminense.
- 006: analisa as potencialidades de desenvolvimento endógeno – desenvolvimento a partir dos recursos da própria região – no município de São João da Barra/RJ.
- 007: elabora uma proposta para a implantação de um modelo de economia solidária, no município de São João da Barra/RJ.
- 008: analisa as origens históricas do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (CEFET Campos) e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico do município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 013: analisa, comparativamente, o processo de crescimento habitacional da cidade formal e da cidade informal, no município de Macaé/RJ.
- 025: analisa, comparativamente, os impactos socioeconômicos gerados pelo recebimento de *royalties* do petróleo, nos municípios de Campos dos Goytacazes/RJ e Macaé/RJ.
- 029: analisa os impactos socioeconômicos gerados pelo recebimento de *royalties* do petróleo e de participações especiais e a forma de utilização dessas verbas, nos municípios de Campos dos Goytacazes/RJ, Macaé/RJ e Quissamã/RJ.

- 030: analisa o ciclo econômico da cana de açúcar e os impactos sociais gerados pelo declínio das atividades do setor sucroalcooleiro, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 031: analisa os impactos socioeconômicos gerados pela implantação da Aracruz Celulose, nos municípios de Aracruz e Conceição da Barra/ES.
- 034: analisa se o turismo pode ser considerado instrumento promotor do desenvolvimento, nos municípios de Armação de Búzios/RJ, Guarapari/ES e Mata de São João/BA.
- 037: analisa as potencialidades turísticas, a partir do tombamento do patrimônio histórico, do município de Muqui/ES.
- 038: analisa o arranjo produtivo local do setor de rochas ornamentais, no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.
- 039: analisa o arranjo produtivo local do setor de rochas ornamentais, no município de Santo Antônio de Pádua/RJ.
- 041: analisa a participação das fontes de financiamento na implantação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Bacia do Rio Itabapoana (Projeto Manajé).
- 043: analisa a região portuária e os impactos socioeconômicos e ambientais gerados pelas atividades do porto, no município de Vila Velha/ES.
- 045: analisa a implantação de programas de transferência e geração de renda e fomento à economia, a partir do recebimento de *royalties* do petróleo, no município de Quissamã/RJ.
- 046: analisa os impactos socioeconômicos gerados pelo recebimento de *royalties* do petróleo, no Estado do Espírito Santo.
- 049: analisa os impactos socioeconômicos gerados pela implantação da Samarco Mineração, no município de Anchieta/ES.
- 052: analisa os impactos socioeconômicos gerados pela indústria ceramista, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 053: analisa a possibilidade de implantação de um *cluster* turístico – atividades, relacionadas ao turismo, que se desenvolvem em conjunto – na Microrregião Polo Caparaó/ES.
- 055: analisa a conexão entre a existência dos terminais urbanos Carapina e Laranjeiras e a transformação no uso do solo em seu entorno, no município de Serra/ES.

- 057: analisa as desigualdades socioespaciais urbanas, no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.
- 064: analisa, a partir dos investimentos nas áreas de saúde e educação superior, o desenvolvimento socioeconômico do município de Itaperuna/RJ.
- 069: analisa as características e as transformações, a partir dos desafios impostos pela inserção competitiva internacional, do Porto de Vitória e suas relações com o município de Vitória/ES.
- 071: analisa os impactos econômicos gerados pela criação do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM) no desenvolvimento industrial do município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 073: analisa a utilização do conceito de planejamento no desenvolvimento da Região Noroeste Fluminense.
- 074: analisa os impactos econômicos gerados pelo recebimento de *royalties* do petróleo na infraestrutura dos serviços de saúde, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 091: analisa a possibilidade de criação de uma rota cicloviária para os alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense), no município de Campos dos Goytacazes, com o objetivo de colaborar com a segurança e o conforto de seus usuários.
- 102: analisa os impactos socioeconômicos sofridos pelos ex-funcionários da Usina Victor Sense, após seu fechamento, no município de Conceição de Macabu/RJ.
- 105: analisa a implantação do Programa Telecentro de Informação e Negócio (TIN) – programa de inclusão digital de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) desenvolvido pelo Governo Federal – no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 110: analisa o Projeto Angola-Brasil – desenvolvido por meio de parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense) e o Ministério das Obras Públicas de Angola (MINOP) – implantado nos centros de formação profissional de Angola.
- 111: analisa os portos do Açú/RJ, de Itaguaí/RJ e de Suape/PE, que fazem parte do Sistema Portuário Brasileiro, com o objetivo de verificar os impactos gerados pela reestruturação produtiva brasileira e mundial no transporte marítimo de longa distância.

- 116: analisa os conflitos entre empreendimento econômico e população local, gerados pela implantação do Distrito Industrial (DI), do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açú (Porto do Açú), no município de São João da Barra/RJ.
- 117: analisa os impactos socioeconômicos e ambientais gerados pela implantação do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açú (Porto do Açú) e de seu Distrito Industrial (DI), no município de São João da Barra/RJ.
- 119: analisa a dependência orçamentária às receitas petrolíferas, nos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé e Rio das Ostras/RJ.
- 124: analisa o processo de formação, os objetivos e a atuação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo da Bacia de Campos (Ompetro), na Região Norte Fluminense/RJ.

#### A.1.3: ATIVIDADE PETROQUÍMICA:

- 017: analisa o crescimento da indústria de gás natural no Brasil e os impactos econômicos e ambientais gerados pelo seu uso, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 062: analisa os impactos socioeconômicos gerados pela implantação da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), no município de Linhares/ES.
- 078: analisa a localização espacial da indústria petrolífera e parapetrolífera, no Estado do Espírito Santo.
- 104: analisa os impactos no espaço urbano – adensamento urbano e crescimento da malha urbana – gerados pela indústria petrolífera, no município de Macaé/RJ.
- 118: analisa as condições de vida e de trabalho de trabalhadores *offshore* – trabalho nas plataformas de produção de petróleo – terceirizados, na Bacia de Campos, Região Norte Fluminense/RJ.
- 123: analisa a periferização do Noroeste Fluminense durante o processo de implantação do complexo petrolífero na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro.

#### A.1.4: OUTROS:

- 004: analisa as condições sociais no assentamento rural Novo Horizonte, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

- 005: analisa as condições sociais e de trabalho de trabalhadores de marmorarias, nos municípios da Região Norte Fluminense/RJ.
- 009: analisa os impactos ambientais gerados pela indústria de rochas ornamentais, no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.
- 015: analisa, à luz do Direito, como a prática da queimada na produção de cana de açúcar se transformou em crime ambiental, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 016: analisa os impactos socioeconômicos gerados pelo processo de desestatização de empresas públicas do setor de telecomunicações, em especial da TELERJ/TELEMAR, na Região Norte-Noroeste Fluminense.
- 020: analisa, comparativamente, as condições socioeconômicas dos moradores da favela do Matadouro e do condomínio residencial Bougainvillée, no bairro Horto, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 023: analisa a implantação do Projeto Informática Cidadã e do Navegar é Preciso, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 032: analisa o papel das cooperativas no mercado de trabalho brasileiro, como alternativa para o desemprego e a geração de renda.
- 044: analisa o papel dos cursos superiores de tecnologia, oferecidos pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (CEFET Campos), como instrumento de inserção no mercado de trabalho, nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé/RJ.
- 058: analisa a ocorrência de Hanseníase, no município de Itaperuna/RJ.
- 065: analisa as alternativas e estratégias de sobrevivência utilizadas pelos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, na entressafra, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 066: analisa o perfil sociodemográfico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 067: analisa a cultura de apropriação do público pelo privado, que gera um quadro de baixos índices de desenvolvimento social e humano, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 075: analisa o papel da Comunicação Social como instrumento de desenvolvimento socioeconômico.
- 076: analisa as políticas públicas de inclusão digital implantadas nos municípios de Macaé e Quissamã/RJ.

- 086: analisa – a partir dos microdados do Censo Escolar 2007, dos resultados da Prova Brasil de 2005 e 2007, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e dos resultados da avaliação interna da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) – os fatores determinantes para o fraco desempenho dos alunos das escolas públicas municipais, do município de Campos dos Goytacazes/RJ, na Prova Brasil.
- 087: analisa a influência da atividade turística na distribuição de renda dos municípios turísticos brasileiros.
- 094: analisa o conjunto arquitetônico “Quadrilátero Histórico”, da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 096: analisa o perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 097: analisa os impactos gerados pela desestatização da malha da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) na matriz de transportes brasileira.
- 100: analisa os fatores determinantes para o desempenho educacional dos alunos do ensino fundamental (1º segmento), das escolas públicas municipais, do município de Nova Friburgo/RJ.
- 115: analisa o perfil sociodemográfico de pacientes submetidos a tratamento de hanseníase no Centro de Tratamento de Hanseníase, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 120: analisa o perfil socioeconômico e ambiental de pacientes hansênicos e relaciona o diagnóstico e sua evolução à transmissão intradomiciliar da doença, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.
- 121: analisa a incidência de tuberculose e hanseníase no Brasil, especialmente, no Estado do Rio de Janeiro, relacionando-a à falta de estrutura urbana.
- 122: analisa as estratégias utilizadas pela empresa Votorantim Metais na gestão do território, na Região da Mata Mineira.
- 125: analisa a expansão do grupo EBX, a partir dos financiamentos de longo prazo às grandes empresas privadas nacionais do BNDES.

## **APÊNDICE 2: SÍNTESES DAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELO PROGRAMA DA ALFA**

### **A.2.1: GESTÃO ESTRATÉGICA:**

- 005: analisa o perfil de competências de gestores, em ambientes de negócios, no município de Anápolis/GO.
- 008: analisa modelos de avaliação econômica aplicáveis em projetos de saneamento básico, no município de Goiânia/GO.
- 011: analisa a influência das variáveis – relacionamento interno, desenvolvimento profissional, liderança de seus superiores, imagem da empresa, ambiente físico e planejamento de trabalho e remuneração – que compõem o clima organizacional em um laboratório farmacêutico.
- 016: analisa a possibilidade de utilização do *Balanced ScoreCard* – modelo de gestão estratégica – na gestão ambiental do município de Goiânia/GO.
- 019: analisa o conceito de sustentabilidade, utilizado como ferramenta de gestão em empreendimentos sucroalcooleiros, no Sudoeste de Goiás.
- 020: analisa a utilização de sistemas de informação na gestão hospitalar, no município de Goiânia/GO.
- 021: analisa a aliança estratégica horizontal, em logística de distribuição, entre empresas multinacionais participantes do Sistema Agroindustrial (SAG) da soja, no município de Rio Verde/GO.
- 022: analisa a utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG) no combate a dengue, no município de Goiânia/GO.

- 028: analisa a gestão de micro e pequenas empresas, a partir do grau de sistematização e da utilização de ferramentas administrativas, no município de Palmas/TO.
- 029: analisa a implantação da plataforma logística multimodal, no município de Anápolis/GO.
- 030: analisa modelos de gestão de riscos aplicados a projetos de desenvolvimento de *software*.
- 031: analisa as dificuldades de se implantar um plano de gerenciamento de resíduo hospitalar, como ferramenta de educação ambiental, no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, no município de Goiânia/GO.
- 032: analisa a utilização do *marketing* no arranjo produtivo local do açafão, no município de Mara Rosa/GO.
- 034: analisa as práticas e os principais desafios enfrentados pela indústria moveleira na implantação da gestão socioambiental empresarial, no Estado de Goiás.
- 037: analisa a gestão empresarial desenvolvida nas empresas e os fatores influenciadores para a não sobrevivência dos empreendimentos, no município de Ceres/GO.
- 038: analisa a Liderança Situacional – relação entre o estilo de liderança e o nível de desenvolvimento dos liderados – desenvolvida em uma empresa familiar, no município de Rio Verde/GO.
- 042: analisa, a partir do ponto de vista de pessoas e entidades – poder público, operadoras e população usuária – relacionadas ao serviço, o funcionamento do sistema tecnológico de gestão do transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia/GO.
- 046: analisa a utilização do *marketing* digital, por meio das redes e mídias sociais, em organizações jornalísticas, no município de Goiânia/GO.

#### A.2.2: DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

- 004: analisa os impactos socioeconômicos gerados pelo turismo, no município de Caldas Novas/GO.

- 006: analisa os impactos econômicos gerados pelas micro e pequenas empresas do segmento de serviços, no município de Goiânia/GO.
- 007: analisa os impactos socioeconômicos gerados pela industrialização, no Sudoeste de Goiás.
- 013: analisa a Política Mineral vigente e os fatores – político, econômico e institucional – que têm influência na implantação de políticas públicas de estímulo à industrialização das reservas minerais, no Estado de Goiás.
- 014: analisa o processo de industrialização brasileiro e as indústrias apoiadas por dois programas – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) e Programa de Desenvolvimento e Industrialização de Goiás (PRODUZIR) – de incentivo à industrialização, nos municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros/GO.
- 015: analisa três programas – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) e Programa de Desenvolvimento e Industrialização de Goiás (PRODUZIR) – de incentivo à industrialização, no município de Aparecida de Goiânia/GO.
- 018: analisa os impactos socioeconômicos e culturais gerados pela presença do Banco Itaú, no Estado de Goiás.
- 026: analisa se as bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial, da Universidade Aberta do Brasil, estão adequadamente estruturadas para atender aos alunos e aos cursos ofertados, à distância, pela Universidade Federal de Goiás. E, assim, adotando as políticas públicas do Governo Federal para a interiorização, expansão do ensino superior e apoio ao desenvolvimento regional.
- 039: analisa a situação atual, as perspectivas e o desenvolvimento de políticas potencializadoras do comércio exterior, no Estado de Goiás.
- 040: analisa, a partir do crescimento agroindustrial, o processo de desenvolvimento econômico do município de Rio Verde/GO.
- 041: analisa o perfil de micro e pequenas indústrias participantes de atividades com ênfase em inovação, utilizada como instrumento dinamizador do desenvolvimento regional, do Estado de Goiás.

#### A.2.3: ATIVIDADE AGRÍCOLA:

- 001: analisa os fatores responsáveis pela competitividade na cadeia de produção de cana de açúcar, no Cerrado Goiano/GO.
- 002: analisa o processo de funcionamento do Sistema de Informação e Conhecimento de Tecnologia Agrícola, utilizado no desenvolvimento de diferentes segmentos agrícolas da cadeia de produção de arroz, no Estado de Mato Grosso.
- 017: analisa a utilização de inovações tecnológicas, desenvolvidas pelo Centro Tecnológico COMIGO (CTC), no processo de modernização das estruturas agrícolas, no Sudoeste de Goiás.
- 023: analisa, comparativamente, a rentabilidade das culturas de soja, milho e sorgo com a de cana de açúcar e o processo de competição entre elas pelo uso da terra, no município de Rio Verde/GO.
- 024: analisa a competitividade da agroindústria arroseira, no Estado de Goiás.

#### A.2.4: OUTROS:

- 003: analisa a atual situação dos idosos no Brasil, em especial, no município de Goiânia/GO, após a aprovação do Estatuto do Idoso.
- 009: analisa a aplicação do ICMS Ecológico – instrumento jurídico aplicável à gestão municipal sustentável – nos municípios brasileiros e identifica, na experiência de outros Estados, aspectos legais que viabilizem sua implantação no Estado de Goiás.
- 010: analisa aspectos – crescimento da profissão, estresse laboral como fator desencadeador da *Síndrome de Burnout* e qualidade de vida no trabalho – relacionados à profissão de fisioterapeuta, no município de Goiânia/GO.
- 012: analisa a metodologia desenvolvida pelo Sistema de Planejamento do Sistema Único de Saúde (PlanejaSUS) – política pública de gestão para a área da saúde, criada pelo Governo Federal – e utilizada pelo Plano de Saúde do Município de Goiânia na elaboração de políticas públicas de saúde e no desenvolvimento local.
- 025: analisa os principais problemas urbanos e propõe diretrizes para a elaboração do Plano Diretor do município de Nova Xavantina/MT.
- 027: analisa os fatores determinantes para a evasão escolar no ensino superior, no Instituto Luterano de Ensino Superior (ILES/ULBRA), no município de Itumbiara/GO.
- 033: analisa a gestão ambiental urbana, no município de Palmas/TO.

- 035: analisa as preferências de consumo de arroz parboilizado, no município de Goiânia/GO.
- 036: analisa, a partir das condições dos serviços básicos e dos equipamentos sociais instalados em seus bairros, a realidade urbana do município de Rio Verde/GO e elabora um zoneamento como instrumento de planejamento das ações prioritárias para a cidade.
- 043: analisa as políticas públicas de apoio às famílias impactadas pela crise mineradora, no município de Santa Terezinha de Goiás/GO.
- 044: analisa as políticas públicas de inclusão digital desenvolvidas pelo Governo Federal.
- 045: analisa a qualidade dos gastos públicos em educação e saúde, nas Microrregiões do Estado de Goiás.

## **APÊNDICE 3: SÍNTESES DAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELO PROGRAMA DA UDESC**

### **A.3.1: PLANEJAMENTO TERRITORIAL:**

- 001: analisa o processo de fragmentação territorial em unidades político-administrativas, relacionando-o com a formação socioespacial e verifica a legislação – Estadual e Federal – que regulamentou esse processo, no Estado de Santa Catarina.
- 018: analisa se duas instituições promotoras do desenvolvimento – Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí (SDR) e Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri) – articulam suas ações em prol do planejamento territorial, no município de Itajaí/SC.
- 019: analisa, considerando que na relação saúde-doença os fatores ambientais influenciam na ocorrência de diversas enfermidades, a importância da territorialização em saúde para o planejamento, na Comunidade Vila do Arvoredo, bairro Ingleses, município de Florianópolis/SC.
- 024: mapeia e caracteriza os ambientes do Parque Estadual do Rio Vermelho, no município de Florianópolis/SC, fornecendo informações que podem colaborar com o planejamento e a gestão da restauração de áreas degradadas.
- 025: analisa o processo de ocupação do território urbano do município de Itá/SC, considerando a influência do reservatório da Usina Hidrelétrica Itá, e propõe um modelo de planejamento territorial, em áreas junto a usinas hidrelétricas, com o objetivo de preservar seus ecossistemas e ambientes naturais.

- 027: propõe o desenvolvimento de um método cartográfico capaz de mapear os elementos materiais de relevância arqueológica e patrimonial dos Caminhos das Tropas, no Planalto de Lages/SC.
- 029: analisa o planejamento territorial urbano desenvolvido pela Polícia Administrativa e pela Polícia Militar na gestão da segurança pública, no Estado de Santa Catarina.
- 031: analisa, a partir da legislação específica vigente e das políticas de planejamento desenvolvidas para essas áreas, a relação entre a proteção das áreas às margens das rodovias Estaduais, a segurança e mobilidade, no município de Florianópolis/SC.
- 034: propõe, a partir da compartimentação da paisagem, a elaboração do Zoneamento Ambiental do território, com o objetivo de analisar a fragilidade ambiental da Sub-Bacia do Rio Macacos, no município de Camboriú/SC.

#### A.3.2: GESTÃO AMBIENTAL:

- 002: analisa a gestão – Estadual e social – de recursos hídricos, no Estado de Santa Catarina.
- 005: analisa, comparativamente, a legislação ambiental vigente e a ocupação e uso do solo, na praia do Santinho, município de Florianópolis/SC.
- 012: analisa o processo de ocupação e uso do solo e verifica como as comunidades – rural e urbana – utilizam seus recursos naturais, no município de Antônio Carlos/SC.
- 023: analisa a fragilidade ambiental do Complexo Lagunar, com o objetivo de fornecer informações que colaborem com sua gestão territorial.
- 032: analisa os resultados da implantação da Área de Preservação Permanente (APP) – que tem como objetivo recuperar áreas degradadas – de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), no município de Arvoredo/SC.

#### A.3.3: DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL:

- 004: analisa a Região da Costa Brava, no município de Balneário Camboriú/SC, e destaca o sistema de pesca artesanal com o objetivo de colaborar com o desenvolvimento sustentável da região.
- 007: analisa o Código Ambiental Catarinense e o processo de ocupação e uso do solo, destacando o papel da agricultura familiar na formação econômica do Estado de Santa Catarina.
- 008: analisa os impactos socioambientais gerados pelo turismo, no município de Balneário Barra do Sul/SC.
- 009: analisa o processo de desenvolvimento e os efeitos gerados pela implantação de Marca Territorial, no município de São Bonifácio/SC.
- 014: analisa os requisitos legais e técnicos exigidos para a implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH).
- 015: analisa a participação comunitária na elaboração de um projeto de desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar, no município de Rancho Queimado/SC.
- 020: analisa se o Projeto ACORDE São Joaquim será capaz de transformar o município de São Joaquim/SC e a região em destino turístico de inverno. Além disso, avalia se a população local está preparada para as consequências geradas pelo projeto.
- 021: analisa o desenvolvimento da agricultura urbana no município de Itajaí/SC.
- 022: analisa as possibilidades de produção de energia hidrelétrica, de forma sustentável, na Região do Alto Vale do Rio Tijucas/SC.
- 036: analisa os meios de vida dos pequenos produtores rurais que participaram e que não participaram de um programa de desenvolvimento socioambiental que utiliza o mecanismo de pagamento por serviços ambientais, na Região da Rodovia Transamazônica/PA.

#### A.3.4: DESASTRES NATURAIS:

- 010: analisa, a partir da percepção das pessoas, a enchente ocorrida no município de Itajaí/SC.
- 028: analisa a utilização de ferramentas no combate a movimentos de massa, no Estado de Santa Catarina.

- 030: analisa a Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira, no município de Joinville/SC, com o objetivo de colaborar com as tomadas de decisões sobre obras públicas que diminuam o índice de inundações na região.
- 033: analisa as áreas de risco, sujeitas à inundação, junto à Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira, no município de Joinville/SC, com o objetivo de desenvolver instrumentos que minimizem seus efeitos.
- 037: analisa os ordenamentos territoriais e sua influência na incidência de enxurradas e enchentes na Sub-Bacia do Ribeirão da Velha, no município de Blumenau/SC.
- 040: promove a criação de competências de ação, na prevenção e enfrentamento de desastres ambientais, com o objetivo de desenvolver instrumentos que minimizem seus efeitos na Região do Morro do Baú, no município de Ilhota/SC.
- 042: analisa a suscetibilidade a movimentos de massa na Microbacia do Ribeirão Máximo, no município de Luis Alves/SC.

#### A.3.5: OUTROS:

- 003: analisa o processo de imigração internacional ocorrido no município de Florianópolis/SC, com o objetivo de identificar seus atores e sua inserção na sociedade florianopolitana.
- 006: analisa a participação social na elaboração do Plano Diretor do distrito de Campeche, município de Florianópolis/SC.
- 011: analisa a utilização do modelo descentralizado na implantação do plano de desenvolvimento regional, no município de Curitiba/SC.
- 016: analisa o processo de migração ocorrido no município de Joinville/SC, com o objetivo de identificar seus atores e sua inserção na sociedade joinvilense.
- 017: analisa a dinâmica urbana, por meio do uso do espaço pelo turismo, na área central de Florianópolis/SC.
- 026: analisa os fatores fundamentais para o despertar do turismo, no município de Rancho Queimado/SC.
- 035: analisa, a partir da perspectiva dos atores beneficiados, o Projeto Habitação um desafio para todos, implantado pelo governo de Angola.

## **APÊNDICE 4: SÍNTESES DAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELO PROGRAMA DA UCSAL**

### **A.4.1: PLANEJAMENTO AMBIENTAL:**

- 008: analisa o uso alternativo da fibra de coco, como barreira e solvente natural, para proteção e limpeza de ambientes costeiros contaminados por petróleo, na Ilha de Boipeba, no município de Cairu/BA.
- 013: analisa os critérios definidores da competência administrativa no processo de licenciamento ambiental.
- 018: analisa as possibilidades e limitações de se planejar, agroecologicamente, a produção agrícola de uma comunidade rural – Comunidade de Água Fria – no município de Mutuípe/BA.
- 019: analisa a participação de *Stakeholders* – grupos da sociedade civil – no processo de planejamento ambiental da Unidade de Conservação (UC) da Mata do Timbó, no município de Amargosa/BA.

### **A.4.2: GESTÃO AMBIENTAL:**

- 003: analisa as ações implantadas pela Área de Proteção Ambiental (APA) na preservação da atividade de pesca artesanal, na Ilha de Boipeba, no município de Cairu/BA.
- 004: analisa plantas de mangue como bioindicadoras da qualidade ambiental, nas Ilhas de Boipeba e Tinharé, no município de Cairu/BA.

- 005: analisa, a partir da relação entre o uso de instrumentos normativos e as estratégias e ações empregadas, a atuação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Joanes/Ipitanga como instrumento de gestão ambiental.
- 006: analisa a gestão de resíduos sólidos urbanos, no município de Buerarema/BA.
- 009: analisa a qualidade da água potável consumida no município de Salvador/BA.
- 012: analisa a atuação de sete subcomitês da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas na gestão de recursos hídricos, no município de Ouro Preto/MG.
- 014: analisa os impactos jurídico e financeiro gerados pela implantação do ICMS Ecológico – instrumento jurídico aplicável à gestão municipal sustentável – nos municípios de Itabuna, Ilhéus e Itacaré/BA.
- 015: analisa os impactos ambientais gerados pela ocupação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) Rio Capivara e Lagoas de Guarajuba, no município de Camaçari/BA.
- 016: analisa a legislação que tutela o Parque Metropolitano de Pituaçu, no município de Salvador/BA.

#### A.4.3: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

- 001: avalia as possibilidades de otimização do uso de água, em uma unidade de TDI, no Pólo Petroquímico de Camaçari, no município de Camaçari/BA.
- 002: analisa os resultados da implantação de políticas públicas voltadas à produção de biodiesel, na Região do Baixo Sul/BA.
- 007: analisa os resultados da implantação de políticas empresariais privadas, de responsabilidade socioambiental, voltadas às práticas e ações de preservação e conservação ambiental.

#### A.4.4: OUTROS:

- 010: analisa a incidência de leishmaniose visceral, relacionando-a com a devastação ambiental causada pelo crescimento urbano desordenado, no distrito de Monte Gordo, município de Camaçari/BA.
- 011: analisa o estado de poluição do Rio Catu, na divisa dos municípios de Aramari e Alagoinhas/BA.

- 017: analisa as formas de reparação às vítimas de contaminação por chumbo, no município de Santo Amaro/BA.